



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E**  
**DOCUMENTAÇÃO – FACE**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – CID**

**LEIVISON SILVA OLIVEIRA**

**MARIA DO SOCORRO NERI DE SOUSA**

**O LABIRINTO:**  
**UM OLHAR SOBRE A BIBLIOTECA**  
**DA BAIXA IDADE MÉDIA**

**BRASÍLIA**  
**2008**

LEIVISON SILVA OLIVEIRA  
MARIA DO SOCORRO NERI DE SOUSA

**O LABIRINTO:  
UM OLHAR SOBRE A BIBLIOTECA DA  
BAIXA IDADE MÉDIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como um dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Darcilene Sena Rezende

BRASÍLIA  
2008

LEIVISON SILVA OLIVEIRA  
MARIA DO SOCORRO NERI DE SOUSA

**O LABIRINTO:  
UM OLHAR SOBRE A BIBLIOTECA DA  
BAIXA IDADE MÉDIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Brasília, 25 de junho de 2008.

Banca examinadora:

---

Profa<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Darcilene Sena Rezende – Orientadora  
Departamento de Ciência da Informação e Documentação - UNB

---

Prof. Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior  
Departamento de Ciência da Informação e Documentação - UNB

---

Prof. Dr. Vicente Carlos Rodrigues Alvarez Dobroruka  
Departamento de História – UNB

*Dedico este trabalho à minha grande amiga Maria do Socorro, cuja companhia me faz tão bem, por ter paciência de ser meu “divã”, e por muitas vezes me servir de esteio emocional.*  
*Leivison*

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e àquelas que tenham interesse pelo assunto aqui tratado.*  
*Maria*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, em primeiro lugar, pela inspiração.

Aos nossos parentes e amigos pelo apoio e pela torcida.

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Darcilene Sena Rezende pela orientação rígida e cuidadosa.

Aos Profs. Drs. Rogério Henrique de Araújo Júnior e Vicente Carlos Rodrigues Alvarez Dobroruka pela disposição para ler criticamente este trabalho e oferecer contribuições para nosso crescimento intelectual.

Por fim, a todos aqueles que nos acompanharam ao longo do caminho nos quatro anos de graduação, e durante a elaboração deste trabalho.

*Um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si - o que ainda falta - senão por uma redistribuição do seu passado. Também a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é, igualmente, um modo de dar lugar a um futuro.*

Michel de Certeau

# RESUMO

A biblioteca monástica medieval, neste trabalho, é observada a partir de três diferentes pontos de vista: o do escritor Umberto Eco, através da análise da representação de uma biblioteca do início do século XIV que ele faz em seu romance *O nome da rosa*; o dos textos acadêmico-científicos relacionados à história da biblioteca; por fim, o de alunos de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. A visão dos estudantes obtida é apenas uma construção parcial e indicativa, uma vez que a coleta de dados não teve pretensão de ser sistemática nem exaustiva. Comparações entre esses três diferentes modos de compreender aquela instituição medieval subsidiaram uma reflexão sobre a importância que uma abordagem histórica da entidade biblioteca como objeto de estudo tem para a formação do profissional de Biblioteconomia.

## PALAVRAS-CHAVE

Biblioteca medieval. Estudante de Biblioteconomia.

Formação do bibliotecário. *O nome da rosa*.

# LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Planta da Abadia de Cluny, séc. XI . . . . .	. 24
FIGURA 2: Cena de investidura, 1270 . . . . .	. 26
FIGURA 3: Planta do mosteiro do romance . . . . .	. 42
FIGURA 4: Planta da biblioteca do romance . . . . .	. 44



# LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Que semestre você está cursando agora? . . . . .	. 63
GRÁFICO 2: Você já cursou a disciplina <i>História do livro e das bibliotecas?</i> . . . . .	. 63
GRÁFICO 3: Você já leu o romance <i>O nome da rosa</i> , do escritor italiano Umberto Eco?. . . . .	. 64
GRÁFICO 4: Você já assistiu ao filme, baseado neste mesmo romance ( <i>O nome da rosa</i> ) ? . . . . .	. 64
GRÁFICO 5: Como você classifica o seu interesse pela história das bibliotecas? . . . . .	. 65
GRÁFICO 6: Finalidades da biblioteca medieval . . . . .	. 68
GRÁFICO 7: O que foi visto no filme corresponde ao que você imagina que foi a biblioteca medieval? Por quê? . . . . .	. 70
GRÁFICO 8: Sua visão sobre a biblioteca mudou após assistir ao filme? Explique. . . . .	. 71
GRÁFICO 9: Você acha que a atual grade curricular do curso de Biblioteconomia abrange de forma satisfatória o aspecto histórico das bibliotecas? Justifique.. . . .	. 71

# SUMÁRIO

1	Introdução . . . . .	. 11
2	A Baixa Idade Média .. . . .	. 15
3	As bibliotecas dos mosteiros . . . . .	. 23
3.1	O acervo . . . . .	. 26
3.2	A oficina monástica ( <i>scriptorium</i> ) . . . . .	. 30
3.3	Os usuários . . . . .	. 32
4	Outras bibliotecas medievais . . . . .	. 34
4.1	Bibliotecas universitárias . . . . .	. 34
4.2	Bibliotecas particulares . . . . .	. 36
5	A biblioteca do romance . . . . .	. 38
5.1	Breve comparação entre o livro e o filme . . . . .	. 44
6	Comparando a biblioteca do romance com os textos científicos . . . . .	. 46
6.1	Características em comum . . . . .	. 46
6.1.1	Caráter proibitivo atribuído às obras .. . . .	. 46
6.1.2	Dificuldade de acesso . . . . .	. 47
6.1.3	Predomínio de obras litúrgicas .. . . .	. 48
6.1.4	Atividades dos monges copistas . . . . .	. 49
6.1.5	Organização do acervo . . . . .	. 51
6.2	Características divergentes . . . . .	. 52
7	A biblioteca medieval sob a ótica de alunos de Biblioteconomia . . . . .	. 54
7.1	Análise dos questionários . . . . .	. 56
8	Conclusão . . . . .	. 65
	Referências bibliográficas . . . . .	. 68
	APÊNDICE A – Questionário aplicado . . . . .	. 71
	APÊNDICE B – Respostas (agrupadas por questão) . . . . .	. 74
	ANEXO A – Resenha do livro <i>O nome da rosa</i> . . . . .	. 85
	ANEXO B – Sinopse do filme <i>O nome da rosa</i> . . . . .	. 88

# 1 INTRODUÇÃO

O bacharel em biblioteconomia, atualmente, está longe do estereótipo ainda veiculado na mídia: um idoso ou uma senhora solteirona, de óculos grossos, sem vida social e que, praticamente, mora dentro da biblioteca, entendida como um depósito de livros. Estes profissionais, hoje, estão preocupados com a questão da organização, representação e transferência da informação em nossa sociedade, em tempos de globalização. Grande parte deles, entretanto, encara tais preocupações como frutos da chamada "era da informação", não conseguindo, aparentemente, perceber a construção histórica de seus objetos de trabalho.

A biblioteca de hoje distancia-se de suas origens como depósito físico de livros, definindo-se como "sistema". Um recente dicionário de terminologia da área, por exemplo, apresenta o verbete abaixo como definição de biblioteca, no qual sequer aparece a etimologia da palavra:

BIBLIOTECA – Aceite apenas em duas acepções: (1) serviço criado organicamente numa determinada entidade e/ou uma instituição cultural (Biblioteca de âmbito nacional, distrital ou municipal, pública ou privada) destinada a incorporar e tornar acessível informação editada e posta a circular pelo mercado editorial-livreiro, bem como publicada e distribuída por entidades com objetivos e actividades específicas (Laboratórios científicos e farmacêuticos, Unidades Industriais dos mais diversos ramos, Instituições Culturais, Associações Políticas, Cívicas e Humanitárias, etc.); e (2) sistema semi-fechado de informação recebida por uma entidade activa criada e vocacionada para facilitar e promover o acesso e difusão desses conteúdos acumulados.

Nesta segunda acepção Biblioteca não é a instituição, nem o serviço, não é o continente, mas o conteúdo (conjunto de livros, revistas, jornais, filmes, documentários, etc.), consistindo, assim, num sistema de informação organizado, cuja estrutura (entidade que o cria) não produz a informação destinada a acesso e difusão, antes a recebe e colhe nas mais diversas latitudes e, em concreto, no mercado editorial e informacional, no espaço de circulação global de "conteúdos", inteligível, numa concepção sistémica, como um sistema combinatório. Subjacente a esta segunda acepção há uma relativa desmaterialização do conceito de Biblioteca com contornos desenhados actualmente pela tecnologia digital. (DELT-CI, 2007)

O trabalho aqui desenvolvido, preocupado com essa ausência de historicidade na compreensão do que é biblioteca, é o resultado de um projeto que teve os seguintes objetivos:

## **objetivo geral:**

— discutir a importância de disciplinas com uma abordagem histórica da biblioteca, enquanto instituição e prática, para a formação do bacharel em biblioteconomia, no Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID) da Universidade de Brasília (UNB);

**objetivos específicos:**

— observar, através de revisão de literatura, as características principais das bibliotecas de mosteiros no período da Baixa Idade Média;

— através da leitura do romance *O nome da rosa*, de Umberto Eco, e assistindo ao filme cinematográfico baseado no mesmo romance, analisar as características da biblioteca monacal ali retratada;

— comparar as características da biblioteca do romance com as informações obtidas nos textos acadêmico-científicos;

— obter um indicativo, ainda que parcial, de qual a visão que uma parcela dos alunos do curso de Biblioteconomia do CID-UNB tem das características da biblioteca no período da Baixa Idade Média; optou-se por partir de uma participação voluntária de estudantes, constituindo um levantamento assistemático e não exaustivo;

— verificar se a visão explicitada por tal parcela de alunos se aproxima da representação de biblioteca medieval divulgada em obras de ficção contemporâneas ou se está mais próxima da representação da biblioteca daquele período presente em estudos acadêmicos e científicos.

Resumindo, buscamos fazer uma reflexão sobre a importância que a abordagem histórica do fenômeno biblioteca pode desempenhar na formação do bacharel em biblioteconomia. Nossa preocupação com a questão nasceu das características do currículo atual do curso de Biblioteconomia da UNB. Na atual grade curricular a única disciplina com viés histórico é optativa e não é regularmente oferecida.

A seguir procuramos esclarecer os procedimentos adotados para cumprir todos os objetivos específicos, de modo a possibilitar a discussão relativa ao objetivo geral; para chegar a essa discussão final decidimos, antes, observar os conhecimentos e a postura dos alunos do curso com relação a um momento específico; assim, escolhemos a biblioteca da Baixa Idade Média como recorte histórico. A escolha desse período em especial deveu-se à idéia de utilizar a versão cinematográfica da obra *O nome da rosa*, do lingüista e escritor italiano Umberto Eco, famosa representação da biblioteca medieval na ficção contemporânea, como ponto de referência ao

analisarmos a visão que o aluno de biblioteconomia, hoje, tem de seu objeto de estudo (a biblioteca) em um outro período histórico.

Partimos da leitura do romance, que retrata uma biblioteca no século XIV, para fazer uma análise de como a biblioteca da Baixa Idade Média é comumente representada na ficção contemporânea; em seguida, assistimos ao filme homônimo, comparando-os. Paralelamente, através de pesquisa bibliográfica, procuramos entender melhor o que foi a biblioteca naquela época, segundo o atual conhecimento acadêmico-científico. Buscamos observar se o que é apresentado na ficção condiz com a literatura científica da área.

Para ter uma referência, em linhas gerais, sobre qual é a visão que estudantes de Biblioteconomia do CID-UNB têm do que foi a biblioteca durante a Baixa Idade Média, realizamos uma pesquisa junto a uma parcela desse grupo. Decidimos pela coleta das informações através de questionários, aliados à exibição do filme citado; parte do questionário devia ser preenchido antes e parte após assistir o mesmo. Ao envolver a exibição do filme, essa coleta de dados tornou-se um pouco demorada, contando, portanto, apenas com a participação de voluntários. Os dados obtidos foram comparados e analisados, de forma a conseguirmos um indicativo dos conhecimentos desses alunos sobre o tema. Procuramos avaliar se estes conhecimentos correspondem ao que os textos acadêmico-científicos apresentam sobre a biblioteca medieval ou se é mais influenciado pela idéia de biblioteca divulgada em obras de ficção contemporâneas sobre o período, seja agindo como uma barreira ou como um estimulante. Descobrir essa visão serviu como meio para incitar uma reflexão sobre a importância de uma abordagem histórica do objeto biblioteca na formação acadêmica e profissional dos futuros bibliotecários, à luz da atual grade curricular do curso de Biblioteconomia.

Neste trabalho procuramos, ainda, perceber que pensar nas bibliotecas dos mosteiros medievais é pensar no estudo de uma dinâmica específica de organização e transferência da informação, e inclusive de produção de conhecimento e cultura. Ao olharmos de forma contextualizada a biblioteca medieval podemos entendê-la como centro de um sistema de manutenção e construção de conhecimentos, inclusive através da preservação da herança escrita clássica e, até mesmo, de obras do mundo árabe. O período abordado especificamente neste trabalho, o início do século XIV, é um momento fundamental na estruturação das formas de pensamento que darão origem ao período moderno, e à própria noção de ciência como a entendemos hoje.

O trabalho ficou estruturado da seguinte forma: na seção número dois fazemos um breve levantamento de informações sobre a Baixa Idade Média; na seção três, abordamos mais especificamente as características das bibliotecas dos mosteiros; na quarta seção, acrescentamos um breve olhar sobre outras modalidades de bibliotecas do período; a seção cinco descreve a biblioteca ficcional presente no romance *O nome da rosa* e no filme homônimo; tentamos uma comparação de alguns aspectos considerados mais relevantes entre a biblioteca do romance e a dos textos de caráter histórico, na seção número seis; finalmente, na sétima seção, apresentamos os resultados da pesquisa feita junto a um grupo de alunos de Biblioteconomia do CID-UNB. Temos por fim algumas considerações elaboradas como resultado final deste trabalho, na Conclusão, seção número oito.

## 2 A BAIXA IDADE MÉDIA

A Idade Média é um dos períodos mais longos estabelecidos pela tradicional divisão historiográfica (cerca de 1000 anos). Durante este período, o cristianismo, através da doutrina de um Deus único, conseguiu se tornar um fator unificador, perpassando as diferenças dos povos da Europa. As inúmeras dificuldades enfrentadas nos primeiros 500 anos após a queda do Império Romano ajudaram a modelar a construção desse saber unificador, reorganizando as formas de conhecimento e possibilitando desenvolvimentos filosóficos e técnicos que vieram a constituir as bases do mundo ocidental tal qual o conhecemos.

Para melhor organizar os estudos e como recurso didático, o período foi subdividido; alguns autores consideram duas fases: Alta Idade Média (séculos V ao XIII) e Baixa Idade Média (séculos XIV e XV); outros autores incluem uma terceira fase, intermediária, conhecida como Idade Média Plena, que corresponderia aos séculos do XI ao XIII. Este trabalho utiliza como referência para suas discussões o início do séc. XIV, momento de transição onde se fazem sentir as primeiras conseqüências, por um lado, do surgimento de novos paradigmas no pensamento lógico-filosófico que darão embasamento ao que hoje se considera ciência; por outro, da significativa mudança climática que desaguará em fome e morte. Nosso objeto específico é a configuração da instituição biblioteca em tal período. Este capítulo destina-se, portanto, não a um estudo mais profundo do período, mas apenas a uma abordagem breve que nos permita contextualizar minimamente a biblioteca como fenômeno inserido em sua realidade.

A Baixa Idade Média representou um salto para a modernidade, divergindo em alguns pontos dos períodos anteriores da Idade Média. Para o historiador brasileiro Hilário Franco Júnior (1996), a Baixa Idade Média significou, com suas crises e rearranjos, o parto de novos tempos que viriam com a Idade Moderna, pois foi o momento em que todo o conjunto dos sistemas econômicos, políticos, culturais, religiosos e sociais que vigoravam nos séculos anteriores entraram em colapso, e para que houvesse o desenvolvimento, fez-se necessário reordenar as estruturas fragmentadas. Como afirmou a medievalista Régine Pernoud, o século XIV foi um período de transição “(...) com as suas violentas mudanças sociais, econômicas, e até artísticas” (PERNOUD, 1977, p. 142).

Mudanças climáticas súbitas e significativas deixaram o clima mais frio e chuvoso, levando a expressivas perdas de colheitas e extinguindo definitivamente a produção vinícola da Grã-Bretanha. O historiador da tecnologia medieval Jean Gimpel descreveu a crise causada pela alta de preços dos alimentos ocorrida no início do século XIV:

as fomes de 1315-1317 foram de uma crueldade que apavorou os europeus. Durante o verão de 1314, elas chegaram com as chuvas torrenciais que arrasaram as safras nas planícies do Noroeste. O preço do trigo e de outros produtos alimentares subiu bruscamente. Ante a inflação crescente, o rei foi obrigado (...) a estabelecer um controle dos preços do gado e das aves domésticas. (GIMPEL, 1977, p. 176-177)

Este autor relata, entretanto, que as tentativas oficiais de controle de preços através de éditos reais que fixavam valores máximos falharam.

O período medieval foi marcado por uma forte religiosidade; quase toda a produção cultural, intelectual e artística dessa época apresenta algum traço que evidencia, direta ou indiretamente, a influência da Igreja Católica. FRANCO JÚNIOR (1996, p. 127) chega a afirmar que havia um verdadeiro “monopólio da cultura intelectual por parte da Igreja”.

A perseguição contra pensadores antes da Baixa Idade Média não era sistemática, ocorrendo de maneira mais pontual, como a que foi empreendida por Raymond V, o conde de Tolosa, contra os heréticos (principalmente os cátaros) que viviam em seus domínios.

Até o começo do século XIII os heréticos não viviam na clandestinidade, realizando inclusive pregações públicas e encontros entre si. Previté-Orton constata que

(...) um novo movimento que surgiu por esta época no seio da Igreja foi mais duradouro. Esse renascimento do impulso místico, que se exprimia não no latim erudito, mas nas línguas vernáculas, caracterizou-se pelo fato dos seus autores denunciarem veementemente as corrupções da Igreja, não se contentando em pregar as virtudes cristãs e em descrever as suas visões e êxtases. Dentro desses novos místicos, os pietistas desviaram-se nitidamente para a heresia, mas outros se mantiveram no caminho da ortodoxia, fazendo muitos discípulos. (PREVITÉ-ORTON, 1973, p. 20)

Somente em 1231, quando o papa Gregório IX (1143-1241) instituiu a Inquisição pontifical, através da bula *Licet ad capiendos*, é que estes grupos passaram a ter a necessidade de se esconder. Cátaros, valdenses e outros grupos heréticos passaram “a ser esmagados sob o peso da Inquisição no século XIII” (PERNOUD, 1977, p. 44), sendo presos, excomungados, condenados a peregrinações ou mesmo à fogueira. Até



mesmo grupos depois incorporados à ortodoxia da igreja, como, por exemplo, os franciscanos, enfrentaram fases de perseguição. Segundo Gimpel:

As luzes do século XIII escureceram com a condenação de 1277 e a intelectualidade viu-se de súbito hesitante em face das trevas que anunciavam o declínio de uma grande época. (...) A partir de 1277, a lista dos 219 'erros execráveis' tinha mostrado a que ponto a Universidade de Paris sofria a influência da filosofia grega e árabe que, em diversos domínios, parecia incompatível com o Cristianismo. (...) Conseqüência direta dessa condenação, certos filósofos averroístas responsáveis pelos ataques contra os dogmas tiveram de abandonar Paris e foram viver em Pádua, onde prosseguiram seu ensino. (GIMPEL, 1977, p. 171)

Naquele início do século XIV, dava-se mais importância ao controle de pessoas do que de livros, pois as pessoas podiam falar, interpretar e divulgar as idéias consideradas perigosas pela Igreja, enquanto os livros continuavam preservados em lugares praticamente inacessíveis. Os livros eram preservados graças ao interesse da Igreja, aos interesses de estudiosos e mesmo de leigos letrados, embora estes ainda fossem uma minoria. Muitos livros perderam-se, entretanto, não por uma destruição sistemática, mas porque seu conteúdo não despertava o interesse daquela instituição, ou do universo de leitores da época; desapareceram simplesmente porque não havia um público leitor para eles.

Por muito tempo difundiu-se a idéia de que este predomínio do pensamento religioso significava a ignorância ou a negação de todo o conhecimento produzido pela Antiguidade clássica, conhecimento esse que só teria sido retomado no Renascimento. Essa idéia equivocada parece ainda ser dominante, ao menos no "senso comum" dos estudantes de nosso Departamento. O pensamento medieval, entretanto, é fruto da recuperação e da fusão entre o saber cristão e as bases filosóficas da antiguidade, revelando-se particularmente em uma relação entre as escrituras sagradas e os princípios neoplatônicos. No artigo *Os mosteiros medievais como edifícios do saber*, Hugo Lopes afirma que:

A ordem canônica do cristianismo demorou quase trezentos anos depois da morte de Cristo a estabelecer-se; as premissas morais do judaísmo antigo são assumidas com a tradição helênica que se desenvolve com os escritos com que os padres apologistas, padres gregos, fundamentam a crença no século II, culminando na aceitação da tradução grega da Bíblia que havia sido negada pela tradição judaica. Esta fusão legitimou e sacralizou o saber grego; restabelecendo na compreensão do mundo as relações platônicas com a perfeição e o belo - formas intangíveis do supremo revelado, vinculando um conceito de bem místico que informa todo o sentido do saber cristão. (LOPES, 2003)

Este autor, tentando sintetizar as características do pensamento medieval, identifica como ponto fundamental "o difícil equilíbrio de uma doutrina que determinava a transcendência do mundo material e físico para o inalcançável e intangível". Podemos dizer que, no centro das discussões e transformações que ocorrem durante toda a Idade Média, encontramos a questão do "conflito da dualidade entre saber divino e saber humano". Segundo a visão de Lopes:

Entre razão e revelação, o cristianismo medieval tendeu a optar pela verdade revelada, concedida por Deus no acto sagrado da comunicação, subjugando a razão humana à percepção deste axioma; fundamentação que implicará na ordem de conhecimento de toda a história do cristianismo. (...) O antagonismo fundacional das filosofias expressas nas escrituras contribuiu para interpretações críticas que formaram diversas correntes dissidentes e opostas que marcaram o panorama religioso da Idade Média e, ironicamente, conformaram o carácter dogmático do cristianismo, característica que perdurará até à Idade Moderna. (LOPES, 2003)

De forma metódica e rigorosa, a Igreja assumiu um papel doutrinador que a cultura católica formalizou através de uma estrutura de organização do conhecimento — capaz de manter o "difícil equilíbrio entre a herança escrita do mundo antigo e a revelação divina das escrituras". Ciente da grande perda de escritos do mundo greco-romano, procurou criar meios para preservar e sistematizar o conhecimento registrado.

A partir do século XII, o pensamento escolástico introduziu um método de organização intelectual na análise do texto, que demonstrou grande capacidade de ordenar o discurso do saber. A Escolástica permitiu ao estudioso medieval buscar uma síntese entre o legado clássico e a revelação cristã através de um processo de questionamento e verificação intelectual; esse procedimento crítico foi elemento fundamental para o surgimento, não muito distante, das bases da ciência, como a entendemos hoje.

Outra idéia equivocada sobre a Idade Média é a de que a população ficava isolada em sua terra, e que havia pouco contato entre as diferentes comunidades. O homem medieval se deslocava bastante, devido a muitos fatores como a falta de condições de sobrevivência em um dado local, campanhas militares, peregrinações religiosas e outros motivos. As cruzadas vieram expandir ainda mais essa rede de trocas culturais, para além dos limites da Europa cristã. O contato com o mundo islâmico levou as discussões teóricas para novos rumos, a partir da recuperação dos escritos de Aristóteles, através das traduções de Averróis (1126-1198). Esses escritos influenciaram São Tomás de Aquino e outros pensadores cristãos que, no século

seguinte, defendiam a busca da verdade através da experiência. Desta forma, por fim, a revelação divina deixou de ser vista como o fundamento de todo o conhecimento.

É claro que a história das bibliotecas não ficou imune à influência da Igreja Católica. O processo de estabelecimento do pensamento católico medieval incitou ao recolhimento dos escritos que continham o legado da Idade Antiga. Isso exigiu a criação de uma infra-estrutura que assegurasse a busca, a guarda, a manutenção e a multiplicação dessas fontes de informação e conhecimento. Esta necessidade concretizou-se nos mosteiros. Lopes resume a função dos mosteiros através das tarefas definidas nas regras monásticas:

Nestas regras [*regula de San Benedicti*, redigida por Bento de Núrcia em 529, reformada por Bento de Aniane em 817] ficaram consolidadas, na força da letra, as tarefas que definem a vida monástica organizada do renascimento carolíngio: a ordem de copiar os textos sagrados e clássicos, educar os filhos da nobreza, enterrar os mortos, cultivar as terras incultas e nelas construir edifícios. (LOPES, 2003)

Os mosteiros possuíam um caráter sagrado que lhes conferia legitimidade para a propagação do saber divino, contido nas obras guardadas nas bibliotecas e reproduzidas nos *scriptoria*. A consolidação do poder monástico deu-se através de duas reformas: a que se baseou no exemplo de Cluny, mosteiro beneditino fundado em 1080; e a reforma de Cister, no século XII, que buscou um retorno aos princípios fundadores como meio de reagir às transformações culturais e sociais que se faziam sentir neste período.

Nesse contexto, pode-se dizer que a biblioteca monástica tinha o significado estrito da palavra que a designa: do grego *biblos* = livro e *teke* = caixa, ou seja, “caixa de livros”. Ela era basicamente concebida como um recinto cuja principal missão era a guarda de manuscritos. Na maior parte destas bibliotecas encontrava-se textos litúrgicos e escritos teológicos. Em outras, entretanto, embora também contivessem, majoritariamente, tais obras, era possível encontrar, ainda, valiosos manuscritos gregos, romanos, do oriente próximo e distante e até da África. Passa despercebido, na maior parte da literatura que aborda o tema, entretanto, que tais acervos também continham documentos que hoje consideraríamos de caráter arquivístico, ou seja, de natureza administrativa e probatória. O acesso a tal acervo, no entanto, era restrito.

Além da entrada na biblioteca dos mosteiros ser interdita a leigos e mesmo aos monges, com exceção do próprio bibliotecário — e eventualmente um auxiliar —, havia outras barreiras a dificultar o acesso dos possíveis interessados, como as

grandes distâncias entre os mosteiros que mantinham bibliotecas. Quando pensamos em biblioteca hoje, pensamos imediatamente no público, entendido geralmente como devendo ser o mais amplo possível. No caso de bibliotecas públicas, toda a população deve ser considerada como público potencial. Na Idade Média, entretanto, a maioria da população não era alfabetizada.

A educação formal era transmitida fundamentalmente pela Igreja e na Igreja. Alcançava uma fatia muito limitada da população laica, principalmente membros da nobreza e das elites urbanas, além de elementos pertencentes à administração das cidades. O conceito dominante na sociedade sobre o que era fundamental para a formação de seus filhos era muito diferente de nossos parâmetros atuais, de modo que, mesmo tendo acesso aos meios educacionais da época, “muitos membros da nobreza preferiam que seus filhos ficassem longe das escolas e fossem treinados como pajens nos castelos, onde não recebiam sequer instrução elementar” (KATZENSTEIN, 1986, p. 95). Mesmo com o surgimento e expansão das universidades, a educação continuou com essa perspectiva elitizada. Entretanto, segundo Pernoud, muitos mosteiros “ministravam localmente a instrução às crianças da região” (1977, p. 96):

(...) o castelo não é o único a assumir uma função educativa: os mosteiros, esses, também espalhados pelos campos, são tanto lares de oração como centros de estudo; (...) um centro de saber em meio rural, em estreitas relações com as populações da localidade. (PERNOUD, 1977, p. 64)

Vale ressaltar que essas escolas limitavam-se a oferecer uma instrução elementar. Segundo o historiador francês Henri Pirenne:

Todos aqueles que queriam um saber mais completo deviam dirigir-se às instituições do clero. Foi destas que saíram os letrados que, a partir do fim do século XII, foram encarregados da correspondência e da contabilidade urbanas, assim como da redação dos múltiplos atos necessários à vida comunal. Todos esses letrados eram, aliás, laicos (...). (PIRENNE, 1973, p. 175)

Desta forma, várias escolas criadas no meio urbano tiveram, em algum momento, sua direção desvinculada do clero e controlada por tais egressos laicos do ensino clerical, ligados às administrações locais.

Embora o latim fosse a língua mais usada pelo clero e pelos eruditos em situações formais e em seus escritos, a partir do século XIII os padres começaram a pregar o sermão das missas nessas línguas locais e os escribas municipais passaram a utilizá-las nos documentos. Pirenne chama a atenção para a importância do papel que as cidades exerceram no processo de oficialização do uso das línguas locais:

Foi pelas cidades que estes [os idiomas nacionais] se introduziram pela primeira vez na prática da administração e esta iniciativa corresponde perfeitamente ao espírito laico de que eles foram por excelência os representantes no meio da civilização da Idade Média. (PIRENNE, 1973, p. 175).

A quase totalidade das obras mantidas nas bibliotecas era escrita em latim ou em idiomas como o grego e o árabe. Desta forma, boa parte dos alfabetizados continuava a não ter condições de usufruir as informações ali contidas.

Vários autores, entre eles Jacques Verger (1999) e Wilson Martins (1957), concordam que no período medieval era possível encontrar basicamente três tipos de bibliotecas:

- bibliotecas dos mosteiros;
- bibliotecas universitárias (surgidas na Baixa Idade Média);
- bibliotecas particulares.

### 3 AS BIBLIOTECAS DOS MOSTEIROS

Durante a Idade Média, boa parte do conhecimento humano esteve sob a guarda da Igreja Católica. Em sua *Síntese histórica do livro*, o jornalista José Barbosa Mello afirma que “os mosteiros e conventos (...) eram as verdadeiras oficinas gráficas da época, pois aí eram feitos os livros pelos ‘artistas gráficos’ (monges e escribas), como também as encadernações” (MELLO, 1972, p. 215).

Consideradas locais sagrados, as bibliotecas eram veneradas e cercadas de uma aura de mistério. O monge Thomas A. Kempis certa vez escreveu acerca do assunto:

A biblioteca é o verdadeiro tesouro de um mosteiro; sem a biblioteca ele seria como uma cozinha sem caçarolas, uma mesa sem alimentos, um poço sem água, um rio sem peixes, uma capa sem roupas, um jardim sem flores, uma bolsa sem dinheiro, uma vinha sem uvas, uma torre sem guardas, uma casa sem mobília. E, da mesma forma por que se conserva cuidadosamente uma jóia num escrínio bem fechado, ao abrigo da poeira e da ferrugem, a biblioteca, suprema riqueza do convento, deve ser atentamente defendida contra a umidade, os ratos e os bichos. (apud MARTINS, 1957, p.84)

Sobre a importância dos livros, o professor de literatura, crítico e escritor, Wilson Martins, aponta um provérbio medieval muito famoso: “*claustrum sine armario, quase castrum sine armamentario*” (MARTINS, 1957) que significa “mosteiro sem livros, fortaleza sem armas”.

Os principais usuários dessas bibliotecas eram, além dos habitantes do mosteiro, estudiosos de outras partes, ligados a mosteiros e universidades. O empréstimo de obras era extremamente restrito. Entretanto, a compra de uma cópia, sob encomenda, apesar do alto custo e da demora, era possível. As bibliotecas não foram, todavia, pensadas para atender a um público amplo.

Os mosteiros foram concebidos como réplicas da morada paradisíaca; apresentavam-se como cidades fechadas em seus muros e, na medida do possível, deveriam ser auto-suficientes. Os edifícios que deveriam compor o conjunto do mosteiro - e até sua posição física - eram pré-determinados e implicavam um sentido simbólico. Como nos mostra o historiador francês Georges Duby:

Muros em primeiro lugar, um 'claustro' (*claustrum*), cujo acesso devia ser estritamente controlado, uma única porta, aberta ou fechada em certas horas como a porta das cidades, e a importância maior de uma função, a hotelaria, governando toda a relação entre o interno e o externo. (...) um esquema teórico foi desenhado entre 816 e 830. (...) no coração desse

organismo se mantém a igreja, ponto de articulação entre a terra e o céu: nesse lugar opera-se a ligação com o paraíso (...). (DUBY, 1990, p. 52)

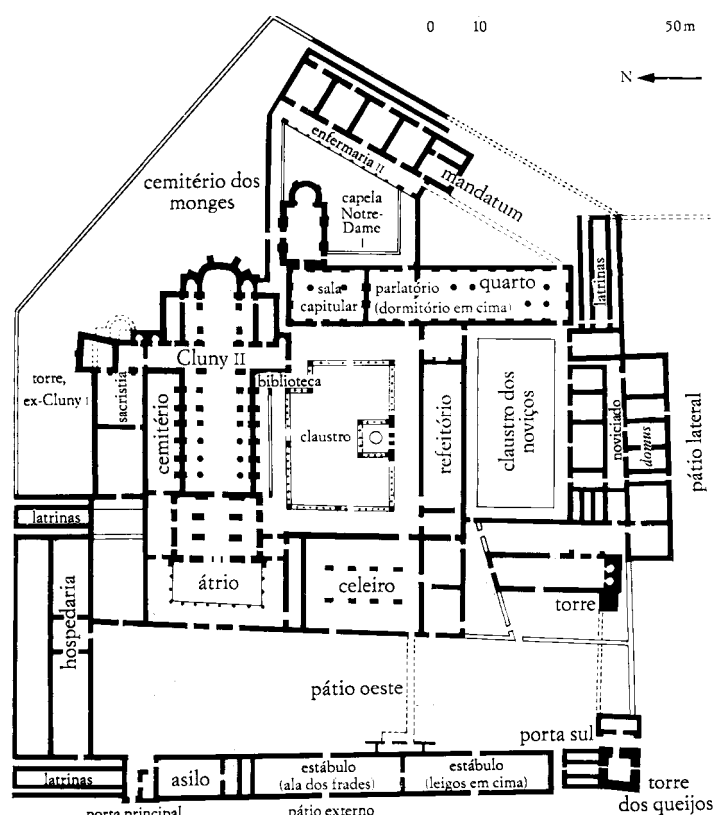


FIGURA 1: Planta da Abadia de Cluny, séc. XI (DUBY, 1990, p. 54)

A biblioteca e o *scriptorium* foram, portanto, incluídos no modelo monacal com a finalidade de satisfazer as necessidades do próprio mosteiro. Isto fica claro no próprio projeto arquitetônico, pois, normalmente, as bibliotecas estavam situadas no interior dos mosteiros e muitas delas não tinham saída para o ambiente externo; a única entrada costumava ser voltada para o interior da construção. Frequentemente localizavam-se à direita da igreja, pois "nessa mesma direita se encontram os lugares destinados às funções espirituais, a escola e a oficina de escrita" (DUBY, 1990, p. 55).

O acervo era constituído basicamente de textos religiosos. Para VERGER (1999), "as bibliotecas monásticas eram ricas em textos religiosos e livros litúrgicos", mas também guardavam e reproduziam obras de autores clássicos da literatura e filosofia greco-romana. Entre as leituras obrigatórias dos clérigos estavam Santo Agostinho e Boécio, além da Bíblia. A obra de Santo Agostinho *De civitate Dei*, escrita entre 412 e 427 da Era Cristã, era, depois da Bíblia, a mais famosa entre as que compunham os acervos das bibliotecas monásticas. Matthew Battles nos conta, em *A conturbada história das bibliotecas* (2003), que dos 184 manuscritos existentes no mosteiro de Naumburg, por exemplo, 98 eram de livros de Santo Agostinho.

A manutenção do acervo das bibliotecas era feita por meio de cópias de obras consideradas importantes e que muitas vezes eram emprestadas a outros mosteiros. A cópia dos livros fazia parte das atividades dos monges e era tão importante quanto os votos de castidade e obediência que faziam. Battles afirma que “os monges escreviam para aprender a ler e copiar as escrituras sagradas e para se entregarem com afinco a um trabalho espiritualmente recompensador” (BATTLES, 2003, p. 62). Outros autores, como Martins, preocupam-se em destacar uma posição de censura por parte da Igreja Católica que não reproduzia e “combatia como heréticas, sempre que podia as produções pagãs ou discordantes” (MARTINS, 1957). Se é inegável que muitas obras foram perdidas, por outro lado, é aos mosteiros que devemos a preservação de uma significativa herança documental do mundo greco-romano. O próprio Martins é obrigado a reconhecer isso, e cita a frase de Svend Dahl na qual afirma que, “se a influência da literatura clássica conservou-se até nossos dias, é à Igreja Católica que essencialmente cabe o mérito” (apud. MARTINS, 1957).

Na Idade Média, os documentos que hoje consideramos típicos de arquivos, pertencentes ou referentes à Igreja Católica e seus bens e direitos, tais como títulos de propriedade, atas, diplomas e correspondências, eram, muitas vezes, guardados nas próprias bibliotecas dos mosteiros. O direito de criar arquivos, *ius archivi*, foi transmitido para a Idade Média pelo Código Justiniano; tal direito referia-se apenas àqueles que detinham autoridade para legislar, isto é, os soberanos e pontífices. Aproximadamente até o século XII, além dos documentos referentes à própria Igreja estas bibliotecas guardaram, ainda, documentos (diplomas, privilégios, direitos, títulos de propriedade) de terceiros – nobres e senhores feudais.

Assim, durante a Alta Idade Média, ocorreu uma concentração de documentos nas catedrais e mosteiros. A Igreja Católica estruturou-se durante o Império Romano, e herdou várias características de sua forma de organização.





FIGURA 2: Cena de investidura, 1270. As relações sociais e de poder registradas em documentos. (DUBY, 1990, p. 18)

Segundo a professora espanhola de Biblioteconomia e Documentação, Concepción Mendo Carmona, vários motivos levaram a Igreja Católica a ocupar o lugar atribuído ao Império, em relação aos arquivos, entre eles:

- a) La Iglesia Católica se funda en preceptos sagrados conservados mediante la palabra escrita (la Biblia, los Evangelios, textos de los Padres y Doctores de la Iglesia etc.). Es una religión basada en el Libro que recoge la palabra revelada por Dios. Tenían, por tanto, una clara predisposición a la guarda y custodia de códices y documentos.
- b) El derecho reconocido a la Iglesia de adquirir bienes y propiedades. El extenso patrimonio de ésta tenía que estar respaldado por los documentos que acreditaban su titularidad y que les permitían defender sus derechos sobre esas propiedades.
- c) El influjo de la burocracia romana en la Iglesia y el hecho de que ésta última fuese su sustituta en la administración municipal de muchas urbes.
- d) La cultura y, por tanto, el conocimiento de la escritura, quedó en manos de la Iglesia, y eran catedrales, parroquias y monasterios los lugares donde se redactaban documentos para terceros, ya fuera a petición del monarca o de particulares.
- e) El hecho de que el archivo eclesiástico, principalmente el episcopal, confiriera *fe pública* a los documentos que custodiaba (...), demostrado por la paradoja de que algunos documentos falsos adquiriesen credibilidad, en época medieval, por 'encontrarse' en un archivo. (MENDO CARMONA, 1995, p. 21)

Com as mudanças em desenvolvimento na sociedade na Baixa Idade Média, também a relação com os documentos se modificou. Monarcas, nobres, senhores eclesiásticos e laicos passaram a manter junto de si conjuntos de documentos importantes. Como era freqüente o deslocamento dos governantes por suas propriedades e territórios, tais conjuntos documentais eram transportados junto aos bens mais valiosos; assim surgiram os chamados *tesouros de cartas*. Apesar de

procurar proteger tais documentos, necessários para a manutenção do poder que ostentavam, as precárias condições de acondicionamento e transporte levaram a perdas significativas de documentos.

O hábito de registrar os documentos foi herdado da burocracia romana pela Chancelaria Pontifícia, mas não era aplicado sistematicamente; passou a ser prática comum somente a partir da época do Papa Inocêncio III, entre 1198 e 1216. Mendo Carmona nos conta ainda que:

(...) a partir del siglo XIII cobraron fuerza los *registros* (...). Las cancellerías de los distintos monarcas y sus órganos de gobierno: parlamentos, cámara de cuentas y otras jurisdicciones, registraban igualmente los documentos. (MENDO CARMONA, 1984, p. 21-22)

Os livros onde se transcreviam os documentos outorgados por uma autoridade ou entidade ficaram conhecidos como Registros. Pouco depois foram desenvolvidos os Cartulários, livros nos quais se copiavam os documentos recebidos por uma instituição. Tais livros visavam facilitar a consulta aos documentos e evitar sua degradação ou perda. Graças a essa prática, temos acesso hoje a muitos documentos e informações cujos originais se perderam.

### **3.1 O acervo**

O acervo das bibliotecas dos mosteiros era constituído em sua grande maioria, por textos religiosos e livros litúrgicos. Embora em minoria, podiam ser encontradas nos acervos obras sobre todos os campos do conhecimento humano. Devemos incluir no acervo, ainda, os documentos, pois durante a maior parte da Idade Média, eram conservados no mesmo recinto, sob a responsabilidade da mesma pessoa e seguiam uma prática de ordenação similar. Até a introdução dos Registros e Cartulários, a ordem preferencialmente adotada foi a cronológica, ainda que também se usassem a onomástica, a temática e a geográfica (MENDO CARMONA, 1984, p. 29).

O formato das obras era já de códice (codex), base do que é o livro até hoje. Segundo Pernoud:

A mesma época da Alta Idade Média viu expandir-se o livro na forma em que ele se apresenta ainda nos nossos dias, o codex, instrumento que, embora do domínio da cultura, substitui daí em diante o volumen e o rolo antigo; a imprensa não poderia prestar os serviços que prestou senão graças a essa invenção do livro. (PERNOUD, 1977, p. 43)

A quantidade de obras contidas nos acervos, geralmente, não era muito grande, em comparação com instituições atuais ou mesmo com o que se supõe ter existido na

famosa biblioteca de Alexandria, na Antigüidade. Isso se devia ao alto custo da matéria prima para confecção dos manuscritos e da mão de obra, os monges copistas. Observa-se também que não havia grande demanda de manuscritos por parte das pessoas, visto que os usuários representavam um grupo muito pequeno. O pequeno tamanho dos acervos reflete também uma relação diferente entre as pessoas e os livros: era raro encontrar pessoas que haviam lido mais de um livro inteiro em sua vida e, mesmo entre estudiosos, a quantidade de livros lidos na íntegra provavelmente era inferior à quantidade que se espera que um universitário de hoje leia durante sua graduação. Albert Labarre, em sua *História do livro* (1981), estima que entre os séculos IX e XI, as bibliotecas ocidentais de médio porte costumavam possuir coleções em torno de 200 até 300 manuscritos, e cita como exemplo a biblioteca do mosteiro de Saint-Riquier. Algumas importantes bibliotecas desse período possuíam coleções estimadas entre 300 e 400 manuscritos como, por exemplo, Corbie, Saint-Bertin, Saint-Armand e Gorze. Raras bibliotecas conseguiram atingir mais de quinhentos manuscritos, entre elas as de Fulda, na Prússia, com 590, e Bobbio, com 666 manuscritos. Sobre as bibliotecas ligadas a reis e nobres, Úrsula Katzenstein afirma deveriam ter em média cerca de 700 exemplares, embora, pelo que podemos averiguar, a quantidade de livros realmente fosse extremamente variável; ela mesma afirma que:

(...) a [biblioteca] do Louvre, em Paris, o ‘paraíso dos livros’, [possuía] cerca de 1.000, provavelmente mais do que outra biblioteca européia daquela época. (...) Era também muito pequeno o número de livros nas bibliotecas dos reis cristãos e dos nobres espanhóis nos séculos XIV e XV, como no caso da biblioteca do rei Martim I, de Aragão (1395-1410), com 450 volumes – número fabuloso se comparado aos da biblioteca da infanta Dona Maria de Castela, com 71 volumes, e à do conde de Benavente (século XV), com 120. (KATZENSTEIN, 1986, p. 343)

Entretanto, nos acervos dos mosteiros na Baixa Idade Média esses números haviam crescido, e uma das maiores bibliotecas existentes era a do mosteiro de Saint-Denis, na França, com cerca de 1600 volumes. A quantidade crescente de obras nos acervos representou um desafio aos sistemas mnemônicos de organização e localização de livros predominantes até então. Instrumentos escritos de controle do acervo fizeram-se cada vez mais necessários. Tais instrumentos, quando copiados e divulgados, passaram a permitir um conhecimento cada vez maior das obras existentes e sua localização, ampliando as possibilidades de circulação da informação. Segundo Mello:

(...) o uso dos catálogos começou a ser comum nessa época. No fim do século XIV, os franciscanos ingleses fizeram o catálogo geral dos livros pertencentes aos Conventos da Ordem Geral da Inglaterra. A biblioteca

iniciava outra fase na sua história. O catálogo já lhe tirava a conhecida característica de 'depósito de livros'. (MELLO, 1972, p. 215)

Uma característica da época era que a maioria dos manuscritos era redigida em latim. Textos em idiomas como o grego, o hebraico ou o árabe eram freqüentes, mas minoritários; e as línguas vernáculas apareciam em poucos manuscritos preservados nos mosteiros. O uso das línguas vulgares em sua forma escrita era relativamente recente e era depreciado pelo clero, como nos conta Pirenne:

(...) é preciso esperar até o século XIII para encontrar obras literárias e obras de arte concebidas no seio das burguesias e animadas com o seu espírito. Até aí a ciência permanece o monopólio exclusivo do clero e não se emprega outra língua senão o latim. As literaturas em língua vulgar só se dirigem à nobreza, ou, pelo menos, exprimem as idéias e os sentimentos que são os seus. (PIRENNE, 1973, p. 175)

As bibliotecas monásticas possuíam, geralmente, muitos volumes da Bíblia, principal obra de leitura cotidiana para os monges. As obras profanas, consideradas pagãs, não eram bem vistas pela Igreja Católica; contudo, ainda assim, muitas foram reproduzidas, especialmente pela Ordem dos Beneditinos, como bem coloca Mello:

Das ordens que mais se identificaram com o livro na Idade Média, sobressai a dos Beneditinos, nome que indica trabalho intelectual minucioso, paciente e perfeito. Também Dominicanos e Franciscanos deram às suas bibliotecas uma categoria especial. (MELLO, 1972, p. 216)

MARTINS (1957) afirma que muitos monges não estavam interessados no assunto tratado nas obras copiadas. Faziam as cópias apenas por obrigação, por constituir umas das tarefas legadas a eles, para aperfeiçoar seu latim ou simplesmente aprender coisas novas.

Alguns autores afirmam, inclusive, que muitos monges tinham um baixo nível educacional e poucos conhecimentos de línguas, de modo que executavam cópias apenas reproduzindo mecanicamente o desenho das letras, sem compreender o significado do texto; essa seria a explicação para a presença de palavras sem sentido encontradas em algumas cópias. Katzenstein, por exemplo, afirma que "mesmo os revisores não sabiam escrever corretamente. (...) Os autores, desesperados, pediam que fossem evitados tantos erros na cópia de seus escritos". (KATZENSTEIN, 1986, p. 244)

A compreensão do conteúdo dos códices era dificultada ainda mais pelo fato de que, muitas vezes, uma única obra era copiada, não por um indivíduo, mas por uma equipe:

A partir do século IX, foi introduzido nos conventos um novo método de cópia, uma forma de produção em massa. Comparando as letras pôde-se perceber que diferentes seções de um mesmo manuscrito foram escritas por diferentes escribas. A cada escriba era dado um caderno para ser copiado. Desta maneira um copista acabava conhecendo de cor o texto do 'seu' caderno, mas, desconhecendo o conteúdo global da obra, os erros eram inevitáveis. Exatamente como 3.500 anos atrás, no Egito, a aparência geral, as ilustrações e o aspecto das letras eram mais importantes do que a significação do texto que estavam copiando. (KATZENSTEIN, 1986, p. 244)

Este sistema de reprodução levou a um aumento significativo da distribuição de livros; para Gimpel:

(...) esse afluxo de livros não teve o impacto que terá a imprensa [no século XV], mas deixou suas marcas profundas no pensamento europeu dos séculos XII e XIII, e multiplicou o número de estudantes. Provocou igualmente o nascimento do que se chamou 'a Renascença do século XII' (...) que é filosófica e científica. A maior parte dos textos científicos gregos já se encontrava traduzida e comentada em árabe, pelo que letrados como o inglês Abelardo de Bath e o italiano Gerardo de Cremona aprenderam o árabe a fim de colocar esses textos ao alcance do maior número. (GIMPEL, 1977, p. 148)

Quanto ao aspecto material dos manuscritos produzidos, devemos levar em consideração que os mosteiros, juntamente com as bibliotecas das cortes e os arquivos das cidades, eram os maiores consumidores de pergaminho do período. Alguns mosteiros produziam seu próprio pergaminho, e com boa qualidade. A maioria, entretanto, não possuía membros com experiência na preparação dos pergaminhos, de modo que produziam material de baixa qualidade, ou precisavam adquirir o produto fora:

Os mosteiros, em parte, se abasteciam fora, mas as informações sobre quanto era feito por eles e quanto era comprado é escassa e confusa. (...) Às vezes, os mosteiros mandavam peles de animais para a municipalidade mais próxima para fazerem o pergaminho, mas em geral, recebiam a entrega do produto a domicílio ou compravam-no em feiras semanais na vizinhança, onde, ao que parece, os principais fornecedores eram judeus. De acordo com várias fontes, as autoridades freqüentemente mudavam as datas das feiras para evitar que caíssem nos feriados judaicos, durante os quais não se podia contar com sua presença. (KATZENSTEIN, 1986, p. 201)

O preço do pergaminho era bastante alto e, além disso, os mosteiros tinham que enfrentar, freqüentemente, a escassez do produto:

Durante a Idade Média, mosteiros e conventos eram os maiores centros de reprodução bibliográfica, muitos deles situados em lugares despovoados, distantes de centros comerciais, o que contribuía ainda mais para a crise de falta de pergaminho. (MELLO, 1972, p. 129)

Devido a esse quadro, tornou-se muito comum o hábito de reaproveitar folhas já usadas; provavelmente documentos que não tinham mais valor ou utilidade e livros pelos quais ninguém demonstrou interesse. Para isso, raspavam o pergaminho até apagar o texto escrito: estes são os chamados *palimpsestos* (do grego *palaeo*, que significa “novamente”, e *psao*, “apagado”). Muitas vezes os resultados não eram muito satisfatórios, de forma que era possível verificar resquícios do texto anterior em meio ao novo texto.

### **3.2 A oficina monástica (*scriptorium*)**

Junto à biblioteca funcionava a oficina monástica - ou *scriptorium* -, local onde os monges trabalhavam na confecção dos livros. Os novos códices poderiam integrar a própria a biblioteca ou poderiam ser frutos de encomendas realizadas por outras bibliotecas monacais, por bibliotecas universitárias, por estudiosos ligados a mosteiros e/ou universidades, por reis e nobres, e até por estudantes universitários. Além disso, os escribas também redigiam documentos originais e transcrições de registros guardados pela Igreja, nas mesmas bibliotecas.

O trabalho de produção de um códice incluía a cópia dos textos, a elaboração das ilustrações e a encadernação; era coordenado por um monge experiente, o qual, muitas vezes, acumulava a função de bibliotecário. Nas palavras de Labarre:

(...) este superintendia o abastecimento do material para a oficina, dividia e dirigia o trabalho e verificava a execução. Acumulava muitas vezes este cargo com o de bibliotecário, assegurando a guarda dos livros e controlando-lhe a comunicação. (LABARRE, 1981, p. 24)

Normalmente o mosteiro tinha um grupo de monges copistas, ali residentes, conhecidos como *scriptoris*. Mas com muita freqüência, também, recebia monges de outros mosteiros, como nos lembra Labarre:

(...) por vezes, monges de passagem vinham juntar-se-lhes, chamados pelas suas competências ou, pelo contrário, vinham aperfeiçoar-se numa oficina famosa ou, simplesmente, recopiar um texto que faltava nos seus mosteiros. (LABARRE, 1981, p.25)

O material básico para a execução do trabalho consistia de tinta, penas - geralmente de ganso -, folhas de pergaminho, cadeiras e uma espécie de escrivaninha na qual apoiavam as folhas do pergaminho que seria utilizado para a cópia, além do livro a ser copiado. Katzenstein afirma que:

(...) alguns monges chegaram a ponto de usar, como tinta, ‘sangue tirado dos próprios braços’ e, como se conta, tomavam todas as precauções para atenuar a coagulação sangüínea, observando cuidadosamente sua dieta. (KATZENSTEIN, 1986, p. 35)

Uma obra manuscrita, segundo LABARRE (1981), poderia ser copiada por um único monge ou coletivamente, contudo não recebia nenhum tipo de identificação do *scriptor* ou mesmo do mosteiro no qual foi produzida. O autor também aponta que a elaboração de um manuscrito feito por um único monge levava, dependendo do tamanho do texto, uma média de três a quatro meses, mas alguns demoravam anos para serem finalizados.

Como já mencionamos, outra função do *scriptorium* era a produção dos diversos tipos de documentos do mosteiro, como títulos de propriedade, privilégios, direitos, atas, cartas, diplomas e correspondências. Uma das atividades dos monges era realizar as transcrições de documentos nos livros chamados de Registro (emitidos) e Cartulário (recebidos), a fim de facilitar a consulta e evitar a perda das informações.

Alguns mosteiros se destacaram na produção de pergaminhos pela técnica que utilizavam e pela qualidade das obras. Labarre afirma que, em função disso, muitos livros tornavam-se verdadeiras obras de arte, pelo tipo de fonte empregada e pelas belas iluminuras.

Katzenstein destaca que todas as atividades envolvidas na confecção de um códice eram desenvolvidas em um único local:

Até o aparecimento da impressão, cada fase individual da produção de livros – copiar, iluminar, rubricar e encadernar – era realizada na mesma oficina ou pelo mesmo artesão, tanto nos mosteiros como nas oficinas laicas, que produziam para os arquivos municipais e cortes (...). (KATZENSTEIN, 1986, p. 348)

Entre os mosteiros que detinham maior prestígio devido à qualidade dos códices produzidos destacavam-se Saint-Martin de Tours, Saint-Denis, Saint-Gall, Reichenau, Echternach e Saint-Maximin de Trêves; desta forma, estes se tornaram fornecedores freqüentes de príncipes, da própria Igreja e de outros mosteiros.

Nas universidades também se instaurou a produção de livros. Entretanto, os procedimentos ali adotados foram inspirados nos mosteiros que tinham uma larga produção, mas de qualidade inferior. Katzenstein nos dá uma descrição do sistema instaurado e de suas conseqüências:

(...) nos séculos XII a XIV as universidades francesas, italianas e espanholas continuaram esta prática dos escritórios (*scriptorium*) dos mosteiros com idênticas conseqüências dramáticas. Os escribas leigos tomavam emprestado, contra pagamento, cadernos soltos, um de cada

vez, do livro original autorizado, não encadernado – chamados *petia* (pedaço). Em regra, trabalhavam com uma *petia* durante uma semana, emprestando então o seguinte. Eram pagos pelo número de *petia* copiados e uma comissão de estudiosos inspecionava e controlava a exatidão das cópias. Este método deu origem a vários tipos de dificuldades. Como os escribas podiam escolher livremente o formato das páginas e os espaços das letras, o começo e o fim do texto, nas cópias e na *petia* original não combinavam e quando um escriba nele marcava o texto, as suas marcas confundiam os outros escribas. (KATZENSTEIN, 1986, p. 244-245)

### 3.3 Os usuários

A idéia de leitor usuário tal como a concebemos hoje é muito diferente daquela existente na Idade Média. A idéia de difusão da cultura e do conhecimento como tanto se prega hoje como sendo a missão das bibliotecas é completamente diferente daquela época, em que estas pareciam fazer o oposto. As bibliotecas dos mosteiros medievais eram ambientes restritos aos membros das ordens religiosas.

Além dos habitantes da abadia, os usuários dessas bibliotecas eram também provenientes de todo o mundo católico; religiosos de outras partes iam em busca de obras relevantes para seus estudos, ou solicitavam cópias. Outras bibliotecas também pediam cópias de códices importantes, ou enviavam monges seus para executá-las, a fim de enriquecer seu próprio acervo. Universidades e estudantes, também, eram eventuais compradores dos livros ali produzidos, assim como reis e nobres que desejavam montar suas bibliotecas particulares. Outro tipo de solicitação de acesso recebido pelas bibliotecas não se referia aos livros, mas a informações contidas nos documentos de caráter "arquivístico" ali registrados.

A entrada no recinto de guarda dos livros, entretanto, era privilégio exclusivo do bibliotecário – e de um auxiliar. O copista recebia os manuscritos a serem copiados das mãos do monge coordenador, geralmente o próprio bibliotecário, que nessa função recebia o nome de *armarius* (LABARRE, 1981, p. 24). Dele era, também, a função de guardar os manuscritos após feita a cópia.

Ainda tratando dos usuários das bibliotecas monásticas, ao contrário do que se pode imaginar, algumas mulheres conseguiram, pelo menos até o século XIII, um lugar eminente na Igreja medieval como abadessas. A obra *O mito da Idade Média* afirma que:



(...) algumas abadessas eram autênticos senhores feudais, cujo poder era respeitado de modo igual ao dos outros senhores; algumas vezes usavam báculo, como o bispo; administravam muitas vezes vastos territórios com aldeias, paróquias (...). (PERNOUD, 1977, p. 95)

Ainda segundo Pernoud, "constata-se que as religiosas desse tempo (...) são, na sua maior parte, mulheres extremamente instruídas, que poderiam ter rivalizado em saber com os monges mais letrados do tempo" (PERNOUD, 1977, p. 96). As monjas de algumas abadias aprendiam línguas como o grego e o hebraico, e realizavam traduções de autores clássicos, chegando inclusive a representar peças teatrais de tais autores.

A contribuição dessas mulheres ao conhecimento da humanidade é algo a se considerar. Como exemplo podemos citar:

A enciclopédia mais conhecida do século XII [que] emana duma religiosa, a abadessa Herrade de Landsberg. É o famoso *Hortus deliciarum* (Jardim das delícias), no qual os eruditos vão procurar as informações mais seguras em relação às técnicas no seu tempo. (PERNOUD, 1977, p. 97).

E essa não foi uma incursão isolada; nesse contexto também se destacam as obras das abadessas Hrotsvitha, no século X, Heloísa e Pétronille de Chémillé, ambas no século XII, e as de Hildegarda de Bingen (que mais tarde foi canonizada) e Gertrude de Helfta no século seguinte.

Pernoud defende uma modificação na maneira de encararmos o papel feminino na sociedade medieval, destacando ainda a participação da mulher no campo profissional:

Finalmente, os registros das derramas (...) quando nos foram conservados (...) no fim do século XIII, mostram uma multidão de mulheres que exerciam profissões: professora, médica, boticária, estucadora, tintureira, copista, miniaturista, encadernadora, etc. (PERNOUD, 1977, p. 101)

## 4 OUTRAS BIBLIOTECAS MEDIEVAIS

Além das bibliotecas dos mosteiros, existiam mais dois tipos de bibliotecas que podiam ser encontrados durante a Idade Média: as universitárias e as particulares, geralmente, pertencentes a reis, nobres e grandes senhores de terras.

### 4.1 Bibliotecas universitárias

Nos séculos XII e XIII houve um grande salto demográfico nas cidades, tornando a sociedade mais complexa e criando a necessidade do desenvolvimento de atividades intelectuais que permitissem algum preparo para atender às novas demandas burocráticas do processo pelo qual passavam as cidades, fato que, segundo FRANCO JÚNIOR (1996), foi responsável em grande parte pelo surgimento de escolas urbanas e, posteriormente, pela multiplicação das universidades no século XIII. Membros das ordens Beneditina e Franciscana estavam entre os primeiros fundadores das universidades.

Dentre essas nascentes universidades, destacam-se a de Chartres, a de Paris e a de Oxford. O historiador inglês Charles Previté-Orton destaca, especialmente, a universidade de Paris, que, segundo ele:

desempenhara um papel de relevo nos debates relativos à maneira de acabar com o Cisma. O prestígio de que gozava em toda a Europa, na sua qualidade de sede de estudos teológicos freqüentados por estudantes de todas as nações, contribuiu para que assumisse o papel de representante do *Studium*, que se apresentava como o terceiro poder da Cristandade, sendo os outros dois o *Sacerdotium* e o *Regnum*. (PREVITÉ-ORTON, 1973, p. 216).

As primeiras universidades foram criadas por clérigos; conseqüentemente, o principal ensinamento era a Teologia, cujo curso era o mais visado na época. Entre outros, também eram oferecidos os cursos de Direito e Medicina, com destaque para a universidade de Montpellier.

Contudo, como bem explicita Pernoud, inicialmente havia uma concorrência velada entre os mosteiros e as universidades, ambos querendo assegurar para si o

direito de ter o controle do conhecimento. Aos poucos a produção de conhecimento migra de um espaço ao outro:

Ao mesmo tempo que a universidade – que não admite senão homens – tenta concentrar o saber e o ensino, os conventos deixam, pouco a pouco, de ser esses centros de estudo que eram precedentemente (...). (PERNOUD, 1977, 99)

O desenvolvimento das universidades levou ao aparecimento de um novo tipo de biblioteca: as universitárias. Inspiradas nas “casas de sabedoria do mundo muçulmano” (BATTLES, 2003, p. 80), essas universidades, bem como suas bibliotecas, constituíam, de certa maneira, um prolongamento dos mosteiros e das suas bibliotecas pela forma como eram organizadas, conforme pôde ser percebido na seção anterior.

A biblioteca universitária também constituía uma espécie de recinto quase sagrado, reservado somente àqueles que tinham autorização para utilizá-la. Naquela época já haviam se tornado comuns os regulamentos que, em alguns casos, faziam-se tantas exigências que havia quase que um ritual para obter permissão de entrar na biblioteca. O regulamento da Universidade de Sorbonne, por exemplo, estabelecia que, para entrar na biblioteca, era obrigatório o uso da beca.

Em algumas bibliotecas universitárias era muito comum também haver livros acorrentados, provavelmente para evitar que fossem roubados, já que eram materiais onerosos.

Segundo Battles, as primeiras bibliotecas universitárias continham acervos pequenos, e algumas delas nem mesmo possuíam acervos reunidos em um mesmo espaço físico. O autor aponta que:

(...) boa parte dos livros ficava distribuída entre os professores que [os] utilizavam em suas atividades de ensino. Era só quando um professor viajava que os livros usados por ele ficavam armazenados em arcas acessíveis a todos. (BATTLES, 2003, p. 80).

As primeiras coleções eram, em sua maioria, de obras teológicas e litúrgicas, mas continham também obras de literatura e gramática (latim), assim como filosóficas, além de escritos voltados para as áreas de conhecimento dos principais cursos oferecidos, como Direito e Medicina. À medida que as universidades e suas bibliotecas se laicizavam, outros tipos de obras foram incorporados aos acervos.

Com relação ao funcionamento de tais bibliotecas, Katzenstein nos oferece uma visão:

(...) os livros não podiam ser vendidos, apenas emprestados. (...) Os funcionários universitários, em geral chamados de estacionários

(*stationarii*), aprovavam os manuscritos a serem copiados e tinham o comando exclusivo sobre todo o pessoal envolvido na produção – copistas, corretores, rubricadores e iluminadores. Os estacionários também se apoderavam dos livros dos estudantes que deixavam as universidades ou morriam. (KATZENSTEIN, 1986, p. 346)

O crescimento das universidades levou ao crescimento do número de professores e alunos, e, portanto, ao aumento da necessidade de acesso a livros, seja através da simples consulta, seja através da compra. Assim, afirma, ainda, Katzenstein:

Estudantes e instrutores começavam a comprar livros – os estacionários se tornavam livreiros (*librarii*). (...) Os livreiros constituíram uma corporação que, muito antes do advento da impressão, se organizou nas universidades sob seu controle direto. Tinham certos privilégios, tais como proteção contra a concorrência externa e isenção do serviço de guarda da cidade e, por volta de 1369, em geral, da isenção de todos os impostos. (KATZENSTEIN, 1986, p. 346)

## 4.2 Bibliotecas particulares

As bibliotecas privadas constituíam um terceiro tipo possível de ser encontrado na Idade Média. Constituíam as bibliotecas dos reis e nobres e as bibliotecas papais. Seus proprietários consideravam-nas verdadeiros tesouros e conservavam seus livros com o maior cuidado.

Para BATTLES (2003), as primeiras coleções particulares foram formadas principalmente pelo status que elas proporcionavam aos seus donos. LABARRE (1981) aponta que grandes personagens históricos desenvolveram esse gosto pelos livros. Entre eles Richard de Bury (1281-1345), chanceler da Inglaterra, que escreveu a primeira obra sobre bibliofilia, cujo título era *Philobiblon*; Jean de Berry (1340-1416), que mandou decorar com belíssimas iluminuras vários manuscritos; e René I, de Nápoles, ao qual é atribuída a autoria de pinturas em vários manuscritos.

No século XIV, escritos já nas línguas vernáculas também eram integrantes dos acervos privados. Segundo Katzenstein:

as obras mais procuradas eram copiadas para as bibliotecas dessas pessoas, e consistiam em histórias populares traduzidas do latim para o francês, tais como A Divina Comédia e os Livros de Horas. Tanto podiam ser livros comuns como manuscritos famosos por suas iluminuras: neste último caso, seu valor podia ser muito elevado e equivaler ao de uma propriedade imobiliária. (KATZENSTEIN, 1986, p. 344)

O público leitor torna-se cada vez maior, com a expansão da educação básica e universitária em todas as partes da Europa. É ainda Katzenstein que nos conta que:

Concomitantemente às Universidades, se desenvolveram escolas elementares nos centros urbanos na maior parte da Europa Ocidental, onde os filhos dos nobres tinham a oportunidade de aprender a escrever e Matemática. Era típico, no século XIV, que um jovem nobre francês fosse instruído nas sete ‘artes liberais’: Gramática, Lógica, Retórica, Aritmética, Geometria, Astronomia – ‘a mais nobre das ciências pois é ligada à Divindade e à Teologia’ – e Música – considerada ‘análoga à Medicina, cujo objeto é a harmonia do corpo’. (KATZENSTEIN, 1986, p. 95).

BATTLES (2003) também aponta uma mudança no processo educacional dos reis e príncipes, que passaram a considerar também a literatura antiga como meio de instrução, fornecendo muitas informações relevantes para sua formação como futuros soberanos. Os livros passaram a ser vistos como fontes de informações úteis que possibilitariam um melhor preparo para exercer suas funções. Battles afirma que "de repente tornou-se importante reunir muitos livros num só lugar, tornando-os acessíveis não apenas aos amigos, à família, a artistas e protegidos (...)" (BATTLES, 2003).

Já as bibliotecas papais eram comuns desde a época de Cassiodoro (490-581), nobre romano que exerceu grande influência tanto sobre a forma como as bibliotecas na Idade Média se desenvolveriam, quanto aos tipos de livros que abrigariam e a forma de reprodução destes. As bibliotecas papais abrigavam as coleções particulares dos papas, além de Bíblias e outros textos religiosos.

A biblioteca do Vaticano sem dúvida é a maior e mais notável biblioteca papal. Fundada em 1450 por Nicolau V, contava com mais de dois mil documentos, escrituras e textos religiosos, disponíveis primeiramente para o papa e depois somente aos demais religiosos. Nas palavras do próprio Nicolau V, a biblioteca do Vaticano “foi feita para a comum comodidade dos estudiosos, contendo todos os livros em grego e latim, merecedores da dignidade do papa e do trono apostólico” (apud BATTLES, 2003, p. 78).

## 5 A BIBLIOTECA DO ROMANCE

*O nome da rosa* é um romance do lingüista, filósofo, teórico da comunicação de massa e escritor italiano Umberto Eco (1932-), publicado pela primeira vez na Itália, em 1980. Embora já fosse bastante conhecido no meio acadêmico, foi com esse romance que Eco tornou-se mundialmente famoso. Não nos deteremos em descrever toda a trama do romance e, do mesmo modo, não descreveremos detidamente sua transposição para o formato cinematográfico. Neste texto, focalizaremos apenas os elementos que consideramos relevantes para subsidiar a compreensão da idéia de biblioteca que é construída na obra.<sup>1</sup> A história transcorre em um mosteiro beneditino não identificado, localizado em algum lugar no caminho entre a Toscana e San Giácomo, no norte da Itália.

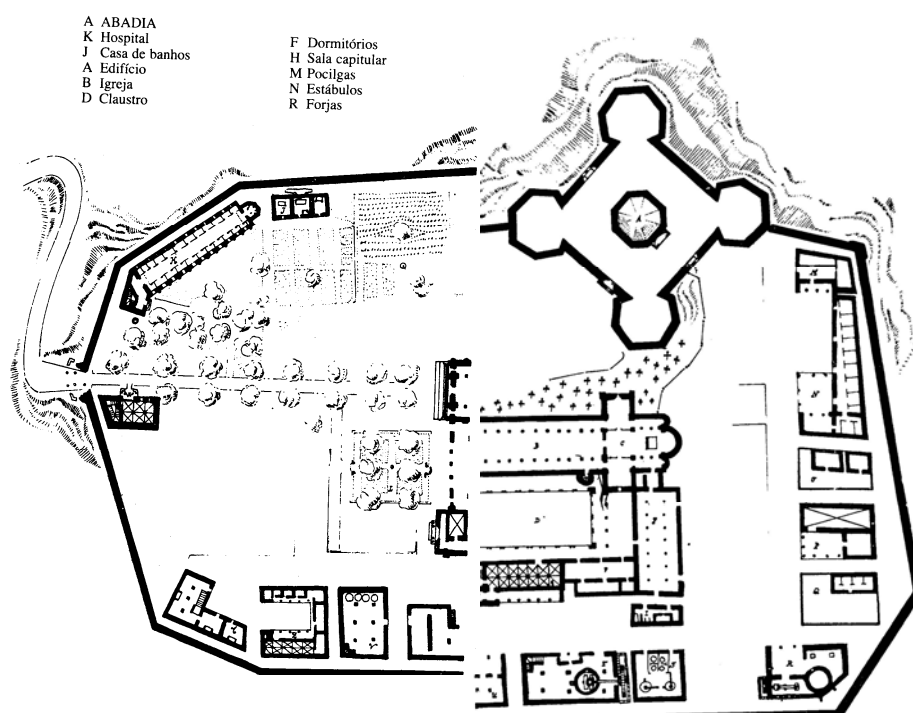


FIGURA 3: Planta do mosteiro do romance (ECO, 2003)

Em *O nome da rosa*, a biblioteca é peça-chave da ação. Trata-se de uma biblioteca fabulosa, muito rica em quantidade e variedade de obras que compõem seu acervo. Assim a descreve o personagem central, o franciscano Guilherme de Baskerville:

Sei que tem mais livros que qualquer outra biblioteca cristã. Sei que diante de vossas estantes as de Bobbio ou de Pomposa, de Cluny ou de Fleury parecem o quarto de um menino que mal se inicia no ábaco. Sei que os seis mil códices de que se vangloriava Novalesa há mais de cem

<sup>1</sup> Resenhas do romance (Anexo A) e do filme (Anexo B) podem ser encontradas no final do trabalho.

anos são poucos diante dos vossos, e talvez muitos deles agora estejam aqui. Sei que a vossa abadia é a única luz que a cristandade pode opor às trinta e seis bibliotecas de Bagdá, aos dez mil códices do vizir Ibn al-Alkami, que o número de vossas Bíblias iguala-se aos dois mil e quatrocentos corões de que dispõe o Cairo, e que a realeza de vossas estantes é luminosa evidência contra a soberba lenda dos infiéis que há anos queriam (íntimos que são do príncipe da mentira) a biblioteca de Trípoli rica em seis milhões de volumes e habitada por oitenta mil comentadores e duzentos escribas. (ECO, 2003, p. 43)

Essa biblioteca fantástica é, entretanto, descrita como sendo um grande “labirinto” inacessível, no qual apenas o bibliotecário e seu assistente tinham direito de penetrar. Em meio a essa grande quantidade de obras, existem aquelas que não se pretende que sejam lidas nunca; obras consideradas fontes de "mentiras". Entre elas, há um segredo que será o indutor da trama, um livro dado como perdido, que seria o segundo livro da Poética, Aristóteles, obra dedicada à comédia. No livro, a existência de frases retiradas do livro do Apocalipse gravadas acima de cada entrada dessas salas é explorada como sendo um recurso para reforçar a restrição, afastando qualquer intenção de adentrar as salas da biblioteca e conhecer suas obras.

Localizada num dos andares superiores do Edifício da Abadia, próxima ao *scriptorium* e logo acima das cozinhas e do refeitório, a biblioteca retratada no livro tinha um desenho arquitetônico que, aparentemente, dificultava a localização dos volumes. O emaranhado de salas e estantes aparentemente sem lógica constituía um sistema fechado, feito para apenas uma pessoa (no caso, o bibliotecário) conhecer e encontrar as informações desejadas. O trecho a seguir ilustra bem essa disposição complexa da biblioteca:

O modo de leitura era bizarro, às vezes se procedia numa única direção, às vezes se andava para trás, às vezes num círculo, freqüentemente, como disse, uma letra servia para compor duas palavras diferentes (e nesses casos a sala tinha um armário dedicado a um assunto e um a um outro). Mas não havia evidentemente que se procurar uma regra áurea naquela disposição. Tratava-se de mero artifício mnemônico para permitir ao bibliotecário encontrar uma obra. Dizer que um livro se achava na *quarta Acaiae* significava que estava na quarta sala, a partir daquela em que se aparecia o A inicial, e quanto ao modo de individuá-la, supunha-se que o bibliotecário soubesse de cor o percurso, reto ou circular, a ser feito. (ECO, 2003, p. 310)

Apesar da aparência labiríntica e confusa, havia uma lógica que governava a disposição dos volumes. Durante a exploração em seu interior com o auxílio de um mapa, Guilherme de Baskerville e Adso de Melk começam a entender a lógica da disposição das salas:

"Quer dizer que o traçado da biblioteca reproduz o mapa do mundo?"

"É provável. E os livros aí são dispostos segundo os países de proveniência, ou o lugar onde nasceram seus autores, ou, como neste caso, o lugar onde deveriam ter nascido. Os bibliotecários acharam que Virgílio o gramático nasceu por engano em Toulouse e deveria ter nascido nas ilhas ocidentais. Eles repararam um erro da natureza." (ECO, 2003, p. 304)

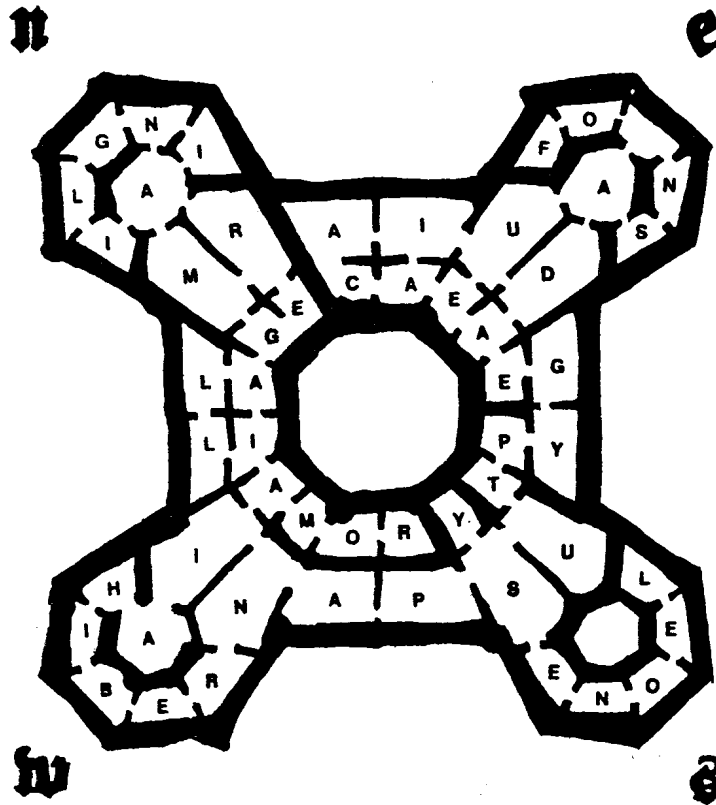


FIGURA 5: Planta da biblioteca do romance (ECO, 2003)

A seguinte fala do personagem Malaquias de Hildesheim, o bibliotecário do livro, ilustra bem a inacessibilidade do acervo:

Talvez não saibas ou tenhas esquecido que o acesso à biblioteca é consentido apenas ao bibliotecário. E portanto é justo e suficiente que apenas o bibliotecário saiba decifrar essas coisas. (ECO, 2003, p. 80)

“Decifrar essas coisas” refere-se à organização do material na biblioteca. Logo depois, Malaquias afirma que os livros são registrados e organizados nas estantes segundo sua ordem de aquisição. Questionado por Guilherme sobre a dificuldade de se encontrar os livros dessa forma, Malaquias diz que “basta que o bibliotecário conheça de memória e saiba de cada livro a época que chegou. Quanto aos outros monges, podem confiar em sua memória” (ECO, 2003, p. 80). Só que ele não podia imaginar que essa biblioteca, à qual se dedicava com tanto fervor e empenho, ocultava algo potencialmente mortífero, como o livro perdido de Aristóteles que acabaria por lhe tirar a vida. Apesar de saber da existência desse volume, Malaquias não sabia qual era a natureza da publicação, uma vez que o bibliotecário não tinha (e hoje também não tem) a obrigação de ler todas as obras do acervo para se inteirar de seu conteúdo.



O bom embasamento histórico do romance permite transmitir a percepção de que eram utilizados, nas bibliotecas de então, complexos sistemas de organização, de base mnemônica, e utilizando vários critérios entrecruzados, para permitir a posterior localização das obras. No caso específico, uma divisão geral geográfica era complementada com alguns critérios de reunião por conteúdo em determinadas salas, como podemos perceber em alguns comentários que Guilherme e Adso fazem ao andar pela biblioteca, e finalmente, uma ordem cronológica pela data de aquisição ordena os volumes em suas estantes.

Desejando entrar na biblioteca, Guilherme questiona o Abade quanto à proibição. O Abade apresenta duas razões principais para justificar essa relutância; a primeira alega que:

(...) nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por um espírito piedoso, e os monges, enfim, estão no *scriptorium* para levar a cabo uma obra precisa, para a qual devem ler certos volumes e não outros, e não para seguir qualquer insensata curiosidade que os colhe, quer por debilidade da mente, quer por soberba, quer por sugestão diabólica. (ECO, 2003, p. 45)

A segunda razão, de ordem prática, ainda hoje é levada em consideração por qualquer biblioteca que possua obras raras, pois está relacionada com a preservação do acervo: o valor e a fragilidade das obras realmente desaconselham que sejam manuseadas com frequência.

O romance nos permite entrever a real importância da função do bibliotecário na vida da Abadia, por exemplo, através de afirmações como a seguinte, feita pelo Abade ao personagem Guilherme de Baskerville:

Somente o bibliotecário, além de saber, tem o direito de mover-se no labirinto dos livros, somente ele sabe onde encontrá-los e onde guardá-los, somente ele é responsável pela sua conservação. (...) Somente o bibliotecário sabe da colocação do volume, do grau de sua inacessibilidade, que tipo de segredos, de verdade ou de mentiras o volume encerra. Somente ele decide como, e se deve fornecê-lo ao monge que o está requerendo. (ECO, 2003, p. 44-45)

Um ponto que chama a atenção nessa fala é a expressão “grau de inacessibilidade” do livro, ou seja, o bibliotecário julga cada livro para determinar se pode ser acessível a seus usuários, ou se deve ser mantido fora do alcance de qualquer pessoa. Somente ele tem o poder de decidir se o volume pode ou não ser emprestado a quem o solicita. Ao longo da trama, vemos várias situações em que a biblioteca - e os livros que ela contém - são tratados pelo bibliotecário como pertences

personais, pelos quais o detentor demonstra ter grande afeto, não permitindo que esses sejam maculados por mãos alheias.

Nesta trama, a preocupação em manter o acervo inacessível aparece reforçada; tanto que parece um pouco excessiva quando pensamos no contexto histórico. Os livros ainda não representavam, naquele momento, uma real ameaça à Igreja, pois essas obras ditas “proibidas” não geravam quase nenhuma demanda dentro (e muito menos fora) do ambiente monástico. O número de pessoas capacitadas a ler neste início do século XIV era ainda reduzido; desta forma, mesmo que o acesso à biblioteca fosse livre, poucas pessoas poderiam ler o que estava contido nessas obras.

Este fator, aliado à dualidade característica do pensamento medieval, permitiam que os mosteiros mantivessem obras consideradas perigosas em seus acervos, sem que isso significasse necessariamente uma contradição. Nas palavras do Abade:

Os monstros existem porque fazem parte dos desígnios divinos, e até nas horríveis façanhas dos monstros se revela a potência do Criador. Assim, por desígnio divino, existem também os livros dos magos, as cabalas dos judeus, as fábulas dos poetas pagãos, as mentiras dos infiéis. Foi firme e santa convicção daqueles que quiseram e sustentaram esta Abadia através dos séculos que até nos livros mentirosos pode transparecer, aos olhos do leitor sagaz uma pálida luz da sapiência divina. E por isso também desses a biblioteca é esconjurado. Mas precisamente por isso, compreendeis, não pode penetrar nela qualquer um. (ECO, 2003, p. 45)

E como já foi afirmado anteriormente, muitos monges não estavam interessados no conteúdo das obras copiadas, copiando-as por obrigação, pela necessidade de substituir algum exemplar da biblioteca em mau estado de conservação ou para atender a encomendas de particulares.

Uma preocupação com a censura sistemática dos livros só se verificaria mais tarde, nos séculos XVI, XVII e início do XVIII, com a publicação de listas de obras proibidas e a queima de livros em praça pública. Uma descrição detalhada de como se davam as visitas para o controle dos livros pode ser encontrada na *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)*, de Francisco Bethencourt.

Durante a leitura do romance, especialmente nos momentos em que o personagem Guilherme de Baskerville e seu pupilo Adso entram na biblioteca, percebe-se que o acervo desta é constituído de obras bem diversificadas, inclusive por muitas que apresentam idéias divergentes em relação às defendidas pela Igreja Católica no contexto histórico proposto no romance. No acervo, a maioria das obras está escrita em latim, mas são encontrados também escritos em outras línguas, inclusive o grego -

língua do livro que é a chave do mistério das mortes ocorridas na Abadia -, e o árabe, como em um livro que Guilherme suspeitou ser um alcorão.

Sabemos que não era rara a ocorrência de livros escritos em diferentes idiomas nos acervos monacais. Mesmo a parcela dos monges que era alfabetizada, geralmente dominava apenas a língua vulgar e o latim. Assim, grande parte dos alfabetizados também não podia usufruir parte das obras contidas nas bibliotecas. Quando falamos em biblioteca no século XXI, sempre se imagina o usuário da maneira mais universal possível. Naquele período, entretanto, a biblioteca era parte de todo um universo estranho à população, entendida de modo geral, que dominava apenas a língua vulgar e não era alfabetizada. Segundo Katzenstein:

(...) os livros de interesse para o homem comum não eram copiados, mas divulgados oralmente; podiam também ser encomendados por dignitários reais e eclesiásticos. Neste caso, o autor preparava o manuscrito – que seria a única versão escrita do texto – e o entregava como presente a seu patrono, iluminado e luxuosamente encadernado. A remuneração então recebida seria a única propiciada por seu trabalho. Em geral, o patrono autorizava uma recitação pública do texto, o qual, a partir de então, passava a ser propriedade pública: qualquer um podia citá-lo livremente, sem mencionar o autor. (KATZENSTEIN, 1986, p. 344)

Essa autora afirma que antes da invenção da imprensa não havia um público leitor e, portanto, a produção de livros era ainda muito pequena; uma vez que não havia mercado, também não havia editores e livreiros, no sentido que hoje utilizamos. Segundo ela:

Até meados do século XV quase não havia livros na Europa, simplesmente porque a maioria das pessoas não sabia ler. (...) O público comprador – não é certo que fosse leitor – era constituído de membros da realeza e da nobreza e, às vezes, de ricos proprietários de terras. (KATZENSTEIN, 1986, p. 343)

Apesar de tais limitações, profundas discussões foram realizadas na época e, segundo Pernoud:

Os que se debruçaram sobre estas obras, escritas num latim difícil, certamente, mas muito menos difícil para nós do que o latim clássico, apreciaram a sua intensa riqueza de pensamento e de poesia e a sua surpreendente liberdade de expressão. (PERNOUD, 1977, p. 44)

Há certo consenso entre os autores no sentido de que, apenas após a invenção da imprensa, ocorreu efetivamente o surgimento de um crescente público leitor, o que se refletiu na história da biblioteca:

As bibliotecas só se tornaram públicas, de verdade, freqüentadas pelo povo, após o Renascimento, depois da invenção da Imprensa, quando o número de alfabetizados crescia constantemente. (MELLO, 1972, p. 214)

## 5.1 Breve comparação entre o livro e o filme

Não percebemos, de nosso ponto de vista, diferenças significativas entre a maneira como o autor do livro e o diretor do filme vêem a biblioteca da Baixa Idade Média. O roteiro do filme seguiu o romance de modo bastante fiel, guardadas as características e necessidades de um outro meio de expressão. A consultoria do famoso medievalista Jacques Le Goff certamente contribuiu para a qualidade da reconstituição histórica cinematográfica. As alterações, omissões e acréscimos verificados no filme em relação ao livro são mais de cunho puramente estético, artístico e comercial, não interferindo significativamente na essência ou mesmo no entendimento da história como um todo.

Entretanto, por mais que tenha buscado ser fiel ao contexto, o romance escrito no final do século XX, é inevitavelmente “contaminado” pelo seu próprio contexto de criação. Assim, alguns traços relativamente comuns dos mosteiros medievais ganharam uma caracterização um tanto exagerada, a fim de alimentar a atmosfera sinistra, a intencionalidade do segredo, o mistério, o suspense. Vale destacar, para nosso objeto de estudo, um traço da influência da visão contemporânea de biblioteca que o autor deixa escapar: a idéia de ser pública, de oferecer conhecimento e informação a todas as pessoas. O texto é pontuado com um quê de cobrança nesse sentido, pois pode-se encontrar, ainda que implicitamente e bem dissolvidos no contexto do romance, conceitos que só ganharam espaço em períodos posteriores, como por exemplo, a noção de que o acesso à informação deve ser livre. Essa noção parece deslocada em meio à maneira de pensar da época, mas se faz presente em muitas falas e atitudes do personagem Guilherme de Baskerville, como por exemplo, a sua postura em relação a inacessibilidade dos livros na biblioteca do mosteiro.

Para finalizar, destacamos abaixo apenas alguns elementos pontuais observados na comparação entre a produção cinematográfica e do livro que lhe deu origem.

- O episódio com o cavalo Brunello relatado no começo do livro, quando Guilherme dá uma grande prova de sua perspicácia ao chegar à Abadia, não aparece no filme;

- Tanto no livro quanto no filme, a Abadia não tem nome, sendo chamada apenas de Abadia. O próprio nome do romance é uma alusão à importância da questão do nome para a época. No filme esta questão aparece de maneira reduzida, na cena após a condenação da garota por quem Adso se apaixonou à fogueira da Inquisição: “Do único amor terreno de minha vida não sabia, e nunca soube, o nome” (ECO, 2003, p. 392);
- Em ambos os casos, a biblioteca assume um caráter inacessível, misterioso, soturno;
- O filme como um todo exibe uma estética sombria, inclusive nas cenas diurnas;
- A biblioteca do filme não é localizada perto da cozinha e do refeitório como a biblioteca do livro;
- O personagem Venâncio de Salvemec é interpretado por um ator negro (Urs Althaus), embora não haja nenhuma referência às suas origens no livro;
- No labirinto da biblioteca do filme, ocorre a presença de escadas, que não são citadas no livro;
- No filme, a Inquisição ocorre antes da resolução do mistério das mortes, tendo a fogueira dos hereges sido acesa simultaneamente com o incêndio da Abadia;
- O personagem Bêncio de Upsala, o novo auxiliar de biblioteca que sucede Berengário de Arundel na função, não aparece no filme;
- Nem o Abade nem a garota por quem Adso se apaixonou morrem no final do filme, ao contrário do que ocorre no livro: o Abade é morto na passagem secreta para a biblioteca, e a garota é levada pelos membros da Inquisição para ser queimada como bruxa em Avignon;
- No filme, Bernardo Gui tenta fugir após executar seu veredicto, queimando apenas Salvatore e Remigio de Varagine, e poupando involuntariamente a garota da fogueira, mas é morto pelos camponeses miseráveis que vivem nos arredores da Abadia, revoltados com a condenação da garota, que era um deles.

## **6 COMPARANDO A BIBLIOTECA DO ROMANCE COM OS TEXTOS CIENTÍFICOS**

Esta seção tenta estabelecer uma comparação entre alguns aspectos da biblioteca apresentada no romance *O nome da rosa* e a biblioteca medieval – segundo a literatura referente à história da biblioteca que pôde ser consultada. Procuramos distinguir até que ponto elas são semelhantes, observando suas características em comum, como os tipos de materiais que guardavam, questões relacionadas ao acesso a tais materiais, a estrutura física das bibliotecas em si e seus possíveis usuários, bem como as atividades desenvolvidas em seu interior. Seguindo a mesma linha, foram observados alguns pontos discordantes, o que era esperado, visto que o romance é uma obra de ficção elaborada no final do século XX, e certamente recebeu idéias e influências do contexto vivido pelo autor, e do conceito contemporâneo de biblioteca.

### **6.1 CARACTERÍSTICAS EM COMUM**

#### **6.1.1 CARÁTER PROIBITIVO ATRIBUÍDO ÀS OBRAS**

Ao longo da pesquisa nos textos e livros acadêmicos, verificou-se que os autores concordam que diversos livros, ainda que não representassem uma ameaça direta à Igreja, não eram acessíveis. A essas obras era atribuído um caráter proibitivo pela Igreja, por apresentarem conteúdo considerado “perigoso” para seus fiéis. Dessa forma, muitas obras eram ocultadas e muitas foram perdidas. A justificativa para tal postura era que, nas palavras do Abade do romance, “nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por um espírito piedoso” (ECO, 2003, p. 45).

Em uma das falas do personagem Guilherme de Baskerville, em que se questiona quanto à localização de certo livro, o qual suspeitava ser o Alcorão, ele acaba por concluir que está contido em uma zona da biblioteca destinada a obras incompatíveis com os dogmas cristãos:

(...) eis por que ali vimos aquele livro sobre as bestas monstruosas onde encontraste também o unicórnio. Esta zona dita LEONES contém aqueles que para os construtores da biblioteca eram os livros da mentira. (ECO, 2003, p. 305)

Essa observação do personagem demonstra-nos que, também no romance, aparece a idéia de ocultar aqueles livros cujas idéias divergiam das propostas pela Igreja Católica. Embora ainda não houvesse a prática de divulgar publicamente listas de livros proibidos, como ocorreu mais tarde, sabemos que alguns concílios proibiam seus bispos de ler certas obras (MARTINS, 1957).

O livro proibido, chave da trama em foco, tratava sobre a comédia e o riso; seria o segundo livro da Poética, de Aristóteles. A explicação do monge cego Jorge de Burgos para a ocultação e envenenamento desse livro é que o riso era "coisa vil", característica dos "simples", e era uma forma de "desrespeito" a Deus. Mas a obra de Aristóteles legitimava uma inversão dos valores (e do poder estabelecido, na visão de Jorge), ao considerar o riso uma "operação do intelecto". Jorge de Burgos afirma:

O riso distrai, por alguns instantes, o aldeão do medo. Mas a lei é imposta pelo medo, cujo nome verdadeiro é temor a Deus. E deste livro poderia partir a fagulha luciferina que atearia no mundo inteiro um novo incêndio: e o riso seria designado como arte nova, desconhecida até de Prometeu, para anular o medo. (...) E deste livro poderia nascer a ova e destrutiva aspiração a destruir a morte através da libertação do medo. (...) o dia em que a palavra do Filósofo justificasse os jogos marginais da imaginação desregrada, oh, então realmente o que estivesse à margem pularia para o centro, e do centro se perderia qualquer vestígio. (ECO, 2003)

### **6.1.2 DIFICULDADE DE ACESSO**

Outra característica comum entre a biblioteca que nos é apresentada na literatura acerca desse tema e a biblioteca do livro *O nome da rosa*, é que ambas parecem se reservar o papel de apenas preservar o conhecimento, sem a preocupação de divulgá-lo ou disseminá-lo.

A questão da dificuldade de acesso aos manuscritos é uma constante nos textos que tratam da história dos livros e das bibliotecas no período medieval; muitas são as explicações para tal procedimento.

No período medieval, o número de manuscritos era muito limitado, não só pela dificuldade de elaboração manual de cada cópia, mas pelo próprio custo do material de que eram compostos. Apenas ao longo do século XIV o pergaminho foi sendo substituído pelo papel, material de valor muito mais acessível, o que levaria a uma expansão do número de obras disponíveis.

Outro aspecto relacionado à questão do acesso era com relação ao domínio da língua na qual quase todos os textos eram escritos: o latim. Essa língua era dominada quase que exclusivamente pelos membros da Igreja, ou seja, aqueles que produziam os manuscritos, e sem o qual não seria possível executar a confecção das cópias. Alguns textos estavam escritos em outros idiomas, como o grego e o árabe, mas não eram todos os monges que dominavam tais línguas. Essa característica aparece no romance *O nome da rosa* quando o personagem Guilherme de Baskerville pergunta a Bêncio de Upsala, o novo auxiliar de biblioteca, sobre o livro misterioso que tivera em mãos: “E do texto grego o que sabes dizer? Tu o viste?”. Ao que Bêncio responde: “... tentei ler a primeira página, mas na verdade eu conheço muito mal o grego, teria precisado de mais tempo” (ECO, 2003, p. 425). Na Abadia do livro, os únicos personagens que dominavam o grego eram os monges Adelmo de Otranto e Venâncio de Salvemec, as duas primeiras vítimas do livro envenenado.

Quanto à população em geral, como já foi mencionado antes, não dominava nem o latim nem o grego e a maioria não era alfabetizada nem mesmo em sua língua mãe, o que representava uma barreira intransponível para o acesso ao conhecimento preservado nas bibliotecas. Toda informação que chegava à população era necessariamente mediada pelos membros da Igreja.

### **6.1.3 PREDOMÍNIO DE OBRAS LITÚRGICAS**

Como bem apontam os textos científicos, havia nos acervos das bibliotecas dos mosteiros um predomínio de obras de cunho religioso; assim também era a biblioteca do romance *O nome da rosa*. BATTLES (2003) aponta que, depois da Bíblia, as obras mais comuns eram as de Santo Agostinho e as de Boécio, as quais compunham leitura



básica entre os religiosos, sendo *De Civitate Dei* a mais conhecida. Para o autor, “a consideração que os catalogadores medievais demonstram por Agostinho mostra-se no fato de eles geralmente colocarem suas obras em primeiro lugar nas listagens, logo após a Bíblia” (p.80). Contudo, como já afirmamos anteriormente, estas não eram as únicas obras encontradas nas bibliotecas dos mosteiros. Embora em quantidade bem inferior, era possível encontrar também obras de autores e de natureza variados, não apenas textos clássicos greco-romanos, mas códices que abordavam todas as áreas do conhecimento humano.

No acervo da biblioteca da Abadia encontravam-se muitas obras clássicas, como observa surpreso Guilherme de Baskerville ao encontrar-se em seu interior:

(...) E olha estes! De *rhetorica cognatione*, *Locorum rhetoricum distinctio*, e aqui muitos gramáticos, Prisciano, Honorato, Donato, Maximio, Victoriano, Metrorio, Eutiques, Sérvio, Foca, Asperus... (ECO, 2003, p.302)

E, é claro, ali estava o livro de Aristóteles sobre o riso — o segundo volume da Poética —, que é a chave do mistério do romance. Na biblioteca da Abadia podiam ser encontradas, ainda, obras sobre medicina, astronomia, botânica e gramática, entre outras. Também são encontradas obras da literatura árabe, entre as quais o livro que Guilherme suspeita ser um exemplar do Alcorão: “A julgar pelas decorações deveria ser um Corão, mas infelizmente não conheço árabe”. Seu pupilo Adso de Melk observa: “O Corão, a bíblia dos infiéis, um livro perverso...”; Guilherme, no entanto, argumenta: “Um livro que contém uma sabedoria diferente da nossa” (ECO, 2003, p. 305).

Nesta fala um ponto chama a atenção: a idéia de que Guilherme conhece e respeita o Alcorão, mesmo sendo ele um monge católico, postura que pode parecer estranha naquele contexto (e nas proximidades de um inquisidor). Talvez possamos atribuir tal postura a uma certa influência da época em que o romance foi escrito.

#### **6.1.4 ATIVIDADES DOS MONGES COPISTAS**

Os monges que habitavam os mosteiros executavam diversas atividades ao longo do dia. Além das orações e penitências, uma importante atividade era a de confeccionar cópias dos livros junto ao *scriptorium*. Segundo Martins, o trabalho dos *scriptoris*, designação dada aos monges copistas, consistia basicamente:

(...) na preparação material do pergaminho, isto é, na sua redução a um tamanho comum (*quadratio*); em seguida, as folhas eram polidas ou acetinadas e marcadas as linhas, cujo intervalo se obtinha exatamente igual por meio de buracos marcados nas bordas com um compasso (...); em seguida rubricadores e miniaturistas se ocupavam da cópia dos títulos e das iniciais em tinta vermelha. (MARTINS, 1957, p. 103).

No romance *O nome da rosa*, é possível observar, em algumas passagens, a atividade os monges confeccionando cópias. Uma dessas passagens ocorre no terceiro dia de Guilherme de Baskerville e seu pupilo Adso de Melk na Abadia. Após sair da igreja, Adso vai até o *scriptorium*, onde começa a observar o trabalho dos monges e reflete sobre a dedicação com que estes executam as cópias, indiferentes às mortes que ocorreram na Abadia. Em pensamentos ele conclui:

Fui tocado pela calma e pela serenidade com que eles se aplicavam ao seu trabalho, como se um seu confrade não estivesse sendo procurado com afã por toda a muralha e outros dois não tivessem já desaparecido em circunstâncias assustadoras. Eis, eu me disse, a grandeza de nossa ordem: durante séculos e séculos homens como esses viram irromper as hordas dos bárbaros, saquear suas abadias, precipitar os reinos em vórtices de fogo, e, no entanto, continuaram a amar os pergaminhos e as tintas e continuaram a ler à flor dos lábios palavras que eram transmitidas há séculos e que eles, por sua vez, transmitiam aos séculos vindouros. Continuaram a ler e a copiar enquanto se aproximava o milênio, por que não deveriam continuar a fazê-lo agora? (ECO, 2003, p. 178)

Enquanto permanece no *scriptorium*, o personagem Adso observa algumas etapas comuns na produção das cópias. Observa a atividade do rubricador e de outro monge a preparar as folhas para receberem os textos:

À pouca distância vi um rubricador, Magnus de Iona, que terminara de esfregar seu velo com a pedra-pome e o amolecia com gesso, para depois alisar sua superfície com a plaina. Um outro ao lado dele, Rabán de Toledo, fixara o pergaminho à mesa, assinalando-lhe as margens com pequenos furos laterais de ambos os lados, entre os quais traçava com um estilete metálico linhas horizontais finíssimas. (ECO, 2003, p. 180)

Depois de observar a dedicação e o cuidado com que os dois monges executavam seu trabalho, Adso se encanta com o resultado das cópias dos livros, ao mesmo tempo em que fica triste por saber que aqueles livros que acabaram de ser produzidos um dia encontrariam seu fim:

Dentro em pouco as duas folhas estariam repletas de cores e de formas, a página tornar-se-ia como um relicário, fúlgida de gemas encastoadas naquele que depois seria o tecido devoto da escritura. Aqueles dois confrades, eu me disse, estão vivendo suas horas de paraíso na terra; estavam produzindo novos livros, iguais àqueles que o tempo depois inexoravelmente destruiria... (ECO, 2003, p. 180)

Muitas abadias tornaram-se fornecedoras de cópias de manuscritos. Entre seus clientes estavam nobres, reis e mesmo universidades. Também aparece no romance esta idéia, de modo pontual, na fala do personagem Amaro de Alexandria:

[Os italianos] comerciam, e fabricam, e são mais ricos que o rei de França. E então, façamos o mesmo nós, se sabemos fazer belos livros, fabriquemmo-los para as universidades... (ECO, 2003, p. 124)

Segundo Katzenstein, não há registros de oficinas laicas até meados do século XV. Ela afirma, ainda, que:

(...) a maioria dos livros feitos para as universidades não eram encadernados. (...) Não existiam encadernadores especializados e isso é atestado pelo fato de os manuscritos dos copistas que não sabiam encadernar permanecerem sem encadernação. Em geral, (...) copistas, iluminadores e rubricadores encadernavam seus próprios trabalhos. (...) Qualquer encadernação feita num livro era, necessariamente, uma operação final da oficina onde era produzido. (KATZENSTEIN, 1986, p. 348; 351)

### **6.1.5 ORGANIZAÇÃO DO ACERVO**

A forma de organização dos livros nas bibliotecas medievais era, certamente, marcada pelo modo de pensar da época. Segundo Rouse, “na mentalidade medieval o universo era um todo harmonioso”, cujas partes estavam inter-relacionadas. “Naquela época as pessoas não se importavam muito com a ordem alfabética, pois elas estavam mais preocupadas com a ordem racional” (ROUSE, apud BATTLES, 2003, p. 81). Assim cabia aos estudiosos ter discernimento para compreender essas relações racionais, de hierarquia, cronologia, semelhança e diferenças.

Isto não significa afirmar que nenhuma biblioteca daquela época utilizasse a ordem alfabética em algum momento. É certo que cada biblioteca tinha uma maneira própria de organizar seu acervo. É relevante destacar que naquela época cada mosteiro tinha sua própria biblioteca, cada uma com seu ritmo de trabalho e produção, cada uma organizada da forma que conviesse ao bibliotecário e ao mosteiro. Hoje temos uma realidade totalmente diferente, na qual sistemas de classificação como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU) são de conhecimento internacionalmente compartilhado entre os profissionais da área.

Já descrevemos anteriormente, em linhas gerais, o que podemos deduzir sobre a organização da biblioteca fictícia. Ela se apresenta segundo uma forma “lógica e harmoniosa” (ROUSE, apud BATTLES, 2003, P. 81). De acordo com a forma de pensar dos medievos, o bibliotecário se dá o direito de estabelecer os critérios que considerar mais pertinentes. É o que ocorre também no romance, como sugere a fala de Guilherme de Baskerville ao tentar entender a forma de agrupamento dos livros por sala:

Por isso ali estão as obras dos autores da última Thule, e também os gramáticos e os retores, porque os arranjadores da biblioteca pensaram que um gramático deve estar com os gramáticos hibernicos, mesmo se é de Toulouse. É um critério. Estás vendo que começamos a entender alguma coisa? (ECO, 2003, p. 304)

De acordo com o que observamos sobre a organização dos acervos das bibliotecas medievais nas fontes bibliográficas, concluimos que Eco, ao descrever a biblioteca, cria um sistema que parece compatível com os princípios adotados nas bibliotecas daquele período.

## **6.2 CARACTERÍSTICAS DIVERGENTES**

As divergências significativas são poucas e são aqui indicadas em breves linhas. A primeira que queremos destacar é o fato de que, como já abordamos neste trabalho, as bibliotecas medievais tinham, sem prejuízo de suas outras funções, um caráter arquivístico. Este aspecto é totalmente ignorado pelo romance.

Os demais traços divergentes que apontamos consistem, geralmente, em exageros na apresentação de algumas características, aparentemente com a finalidade de criar a impressão de um ambiente sinistro e misterioso, povoado de elementos destinados a reforçar o clima de cerceamento e conspiração.

Um aspecto que se destaca imediatamente diz respeito ao tamanho e à riqueza do acervo descrito, incompatível com os dados conhecidos a respeito das dimensões usuais das coleções medievais, como já vimos ao longo deste trabalho.

A idéia de ampla liberdade de acesso ao acervo também parece ter um peso excessivo, e um tanto o quanto anacrônico, na boca de Guilherme de Baskerville em vários momentos da trama. No filme, ao entrar pela primeira vez na biblioteca, fica

espantado com a riqueza do acervo e exclama que ninguém deveria ser privado de acesso àqueles livros. No livro, o personagem afirma:

O bem de um livro está em ser lido. Um livro é feito de signos, os quais por sua vez falam das coisas. Sem um olho que o leia, um livro trás signos que não produzem conceitos e portanto é mudo. Essa biblioteca talvez tenha nascido para salvar os livros que contém, mas agora vive para sepultá-los. (ECO, 2003, p. 382)

A noção de que a biblioteca deveria ser pública e universal, entretanto, somente será defendida no século XVII. Para sermos mais precisos, uma conceituação nesse sentido foi publicada em 1644, por Gabriel Naudé, em *Advis pour dresser une bibliothèque*; essa obra contrapunha-se aos modelos em vigor até então, onde predominava a noção de biblioteca como um bem para o usufruto particular (COELHO, 1999, p. 76).

Cabe observar que a ampliação de acesso que podia ser reivindicada abrangia apenas os estudiosos, na época quase todos ligados à própria Igreja, pois como já mencionamos várias vezes, tal liberdade não atingiria diretamente a população em geral, que não era alfabetizada.

A forma do Edifício, a distribuição labiríntica das salas e a pouca iluminação interna são destacados como elementos que visam reforçar o clima de mistério. São, entretanto, bem característicos das construções italianas do período românico, ao qual parece pertencer o prédio descrito. A menção a passagens do Apocalipse reforça essa impressão, pois esse tema era extremamente recorrente nas representações de tal período. Entretanto, pode parecer estranho que se trate de frases escritas, uma vez que normalmente seriam utilizadas esculturas (solução mais comum sobre as portas) ou afrescos, mas sempre representações imagéticas (FRANCO JÚNIOR, 1996).

## 7 A BIBLIOTECA MEDIEVAL SOB A ÓTICA DE ALUNOS DE BIBLIOTECONOMIA

Nosso objetivo, neste trabalho, foi pensar sobre a importância que uma abordagem histórica da entidade biblioteca pode desempenhar na formação acadêmica e profissional do bacharel em biblioteconomia. Para tanto, sentimos a necessidade de obter dados mais observáveis sobre o conhecimento e a postura dos alunos do CID-UNB, hoje, em relação à análise histórica de seu objeto de estudo (a biblioteca); procuramos observar, também, a posição destes alunos em relação ao espaço para a abordagem histórica na atual grade curricular do curso de Biblioteconomia. Delimitamos um momento da história da biblioteca a ser abordado, que veio a ser o início do século XIV. Optamos por realizar uma coleta de informações e opiniões junto a uma parcela desse grupo através de questionários, sem pretensão, entretanto, de efetuar uma pesquisa sistemática ou exaustiva. Assim, não houve o estabelecimento apriorístico de uma amostragem; contamos com a participação voluntária de estudantes.

Acreditamos que a idéia geral sobre o que foi a biblioteca dos mosteiros na Idade Média é bastante influenciada pela imagem divulgada em obras de ficção contemporâneas sobre o período, que podem agir como uma barreira ou como um estimulante para o conhecimento formal acerca do assunto. Assim, formulamos o seguinte método de ação: aplicação de um formulário, aliado à exibição do filme *O nome da rosa*. Elaboramos um questionário<sup>2</sup> contendo doze perguntas, sendo cinco objetivas, quatro abertas e três mistas; destas, as nove primeiras deveriam ser respondidas antes da exibição da película, e as três mistas, colocadas em folha anexa, deveriam ser respondidas pelo aluno após assistir o filme.

Dentro do total de 347 alunos, houve a participação voluntária de 30 alunos, portanto cerca de 8,6%, distribuídos em diversos semestres. Os dados obtidos foram comparados e analisados, de forma a conseguirmos um indicativo dos conhecimentos desses alunos sobre o tema. Os resultados desta etapa da pesquisa são apresentados a seguir.

---

<sup>2</sup> O questionário elaborado, na íntegra, pode ser encontrado no final deste trabalho, no Apêndice A.

A princípio, os alunos em geral têm uma visão mais ou menos parecida entre si, e tal visão corresponde, em vários pontos, ao que é relatado nos estudos acadêmicos e científicos que existem a respeito do tema. Constatamos, entretanto, que há poucas obras voltadas à história da biblioteca disponíveis e, mesmo as que existem, dedicam pouco espaço ao assunto específico (biblioteca medieval); a maioria aborda esse período da história de maneira breve, superficial e generalizante. Os estudos sobre o período em questão, elaborados por historiadores, fornecem informações muito limitadas para quem busca compreender a natureza, as finalidades e o funcionamento da biblioteca. Por outro lado, as obras que focalizam as bibliotecas e os livros, freqüentemente escritas por estudiosos da área das Letras, demonstram certo desconhecimento sobre o desenvolvimento das discussões a respeito da Idade Média, no âmbito historiográfico. Desta forma, vários estudos acerca da biblioteca medieval pecam por negligenciar a abordagem histórica, reproduzindo, com freqüência, muitos dos equívocos que existem com relação ao período.

Assim, pudemos detectar, através da maneira de se expressar de alguns alunos e da escolha dos termos usados, a presença, em alguns questionários, de estereótipos e idéias pré-concebidas, comuns na visão contemporânea acerca da Idade Média. Consideramos também a influência da aura de mistério que envolve a biblioteca medieval criada por obras de ficção, literárias ou cinematográficas, como é o caso da própria obra usada nesse trabalho: *O nome da rosa*, de Umberto Eco.

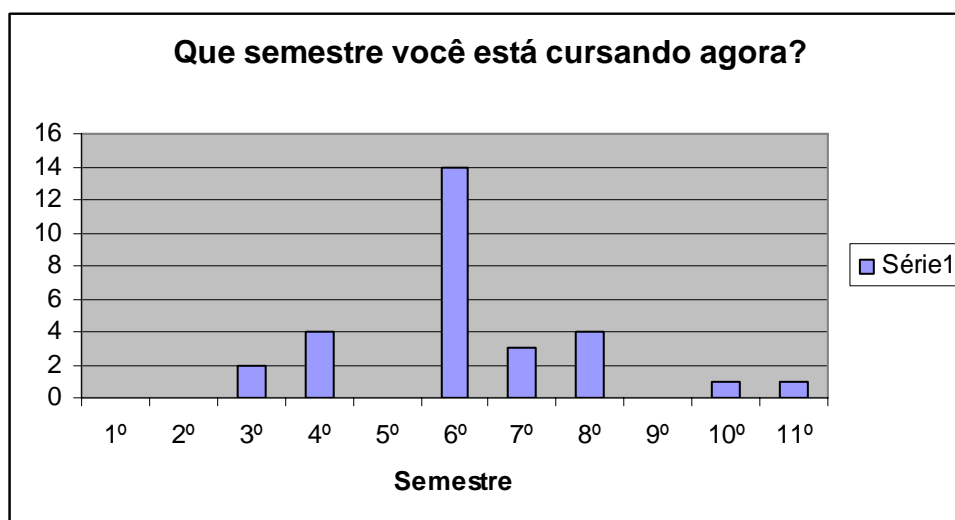
Outro ponto que chamou atenção é a opinião predominante acerca da inadequação do espaço previsto, hoje, na grade curricular do curso de biblioteconomia do CID-UNB, para disciplinas que façam uma abordagem histórica do objeto biblioteca. A única disciplina que aborda esse aspecto não é obrigatória e não é ofertada regularmente, de modo que alguns alunos interessados acabam por não ter a oportunidade de cursá-la.

## 7.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

As questões e os respectivos resultados encontram-se a seguir.<sup>3</sup>

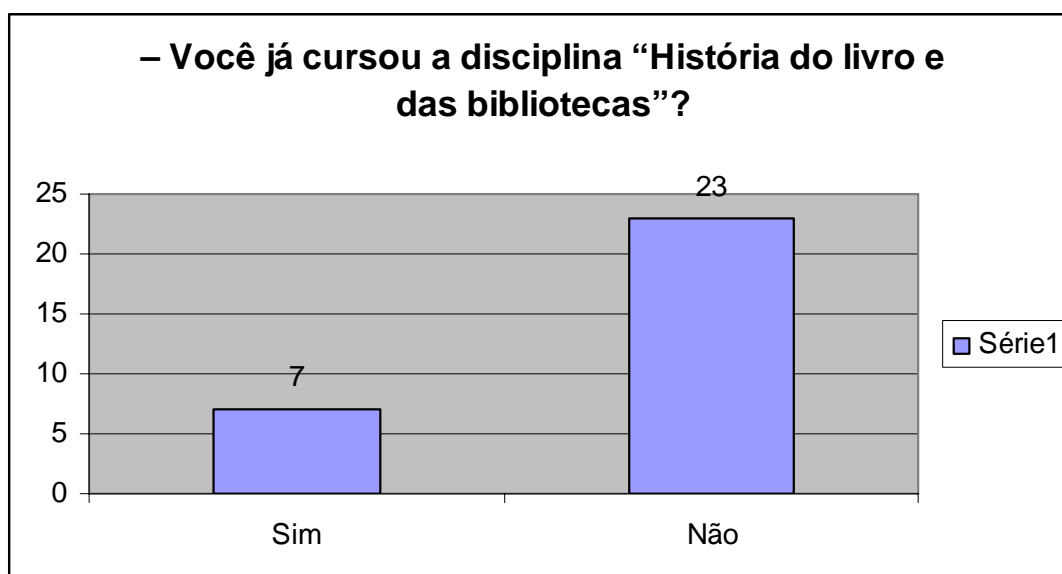
**Questão 1** – Que semestre você está cursando agora?

**GRÁFICO 1**



**Questão 2** – Você já cursou a disciplina *História do livro e das bibliotecas*?

**GRÁFICO 2**

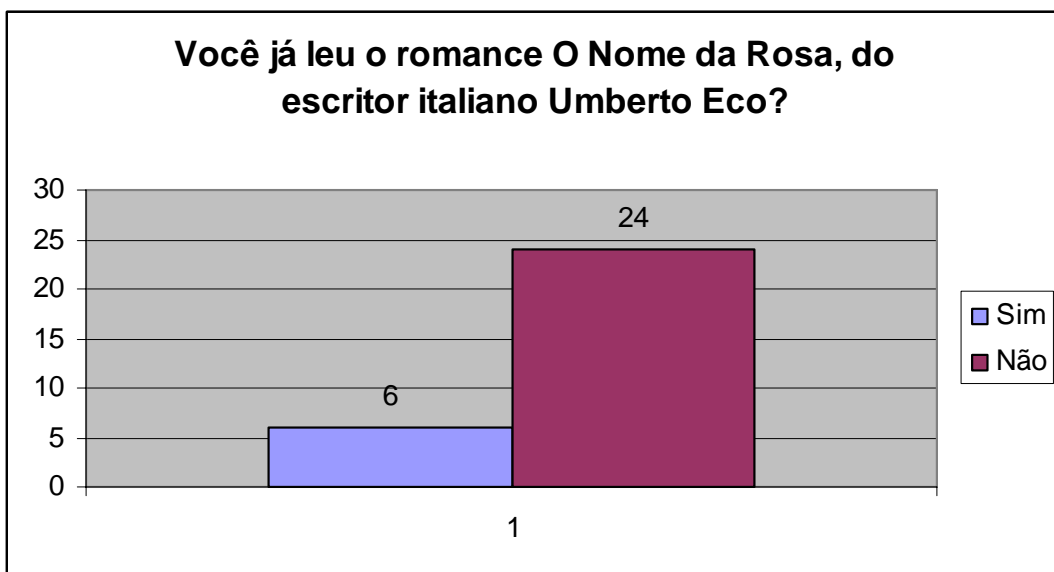


<sup>3</sup> As respostas completas, agrupadas por questão, podem ser encontradas ao final deste trabalho, no Apêndice B.



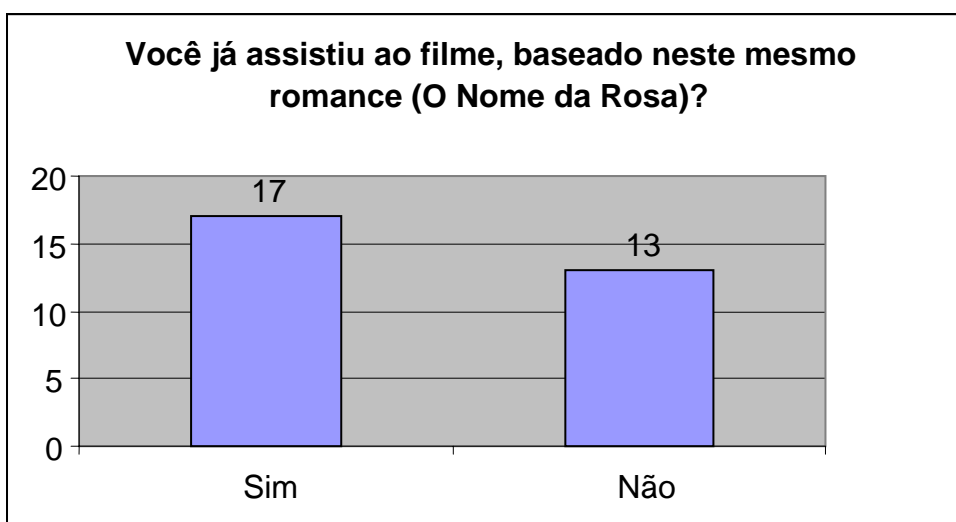
**Questão 3** – Você já leu o romance *O nome da rosa*, do escritor italiano Umberto Eco?

**GRÁFICO 3**



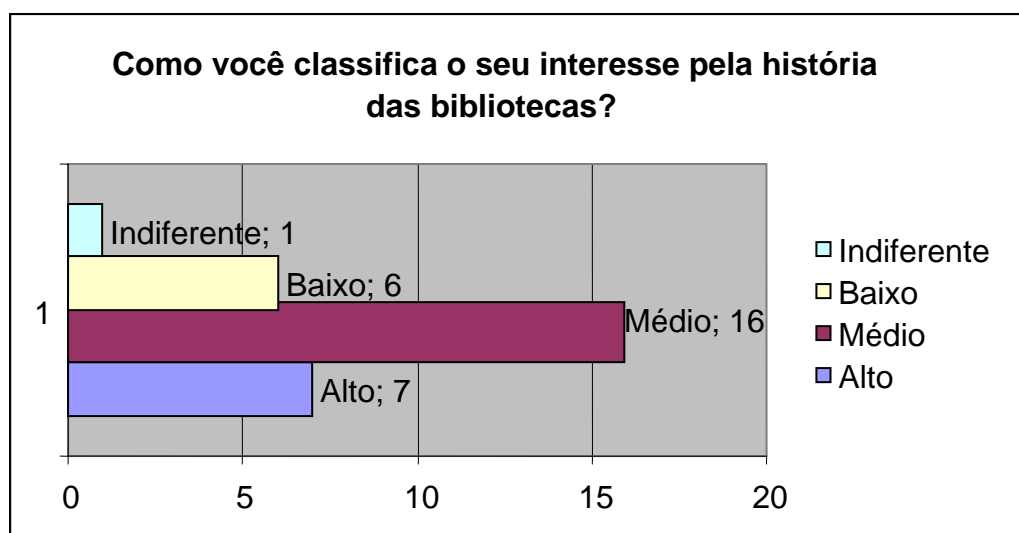
**Questão 4** – Você já assistiu ao filme, baseado neste mesmo romance (*O nome da rosa*)?

**GRÁFICO 4**



**Questão 5** – Como você classifica o seu interesse pela história das bibliotecas?

**GRÁFICO 5**



Verifica-se que a maioria ou 53% tem interesse médio pela história das bibliotecas medievais. Acredita-se que isso seja um reflexo da pouca literatura sobre o tema, visto que a maioria dos livros que abordam o tema Idade Média não abrangem de forma satisfatória as bibliotecas da época.

**Questão 6** – Como você imagina que as bibliotecas eram na Idade Média?

As respostas para esta questão indicaram aspectos variados sobre as bibliotecas medievais, desde a estrutura física até aspectos mais complexos como a organização dos acervos. Com respostas concisas, alguns alunos abordaram a questão dos usuários, que na visão desses eram bem diferentes dos usuários de hoje, assim como o acesso, que naquela época era restrito. Alguns alunos responderam também abordando a relação direta que a Igreja Católica tinha com as bibliotecas e seu amplo controle sobre os materiais guardados naquelas bibliotecas.

Elaborando uma pequena lista das características da biblioteca medieval indicadas pelos respondentes temos o seguinte:

- “Acesso restrito”
- “Acervo com predominância de obras litúrgicas”
- “Instalações rústicas”
- “Grandes prédios com enormes estantes”
- “Controle da Igreja”
- “Continham matérias da Antiguidade Clássica”
- “Bibliotecas ligadas aos mosteiros”

- “Bibliotecas utilizadas somente pelos clérigos”
- “Reprodução de livros”
- “Locais sagrados”
- “Depósitos de livros”

Entre os alunos que já cursaram a disciplina História do Livro e das Bibliotecas, cerca de 23% do total, verificou-se algumas semelhanças entre o que eles imaginam que foi a biblioteca medieval e o que é encontrado em livros e textos que abordam o tema. Todos responderam indicando que as bibliotecas medievais localizavam-se nos mosteiros e que o acesso era restrito aos religiosos.

As respostas daqueles que não cursaram a disciplina acima citada, que não leram o livro e viram o filme pela primeira vez, cerca de 17 % do total, indicaram características das bibliotecas um pouco diferenciadas, tais como:

- “Eram construídas com pedras”
- “Sujas e empoeiradas”
- “Cheias de ratos”
- “Grandes construções”, como a torre apresentada no filme.

O que se verifica a partir destas repostas é uma clara influência do que foi mostrado no filme, o que de certa forma pode ser verdade, já que na época em que o filme é ambientado as bibliotecas, bem como os locais de moradia eram mais rústicos. Entretanto, o tom depreciativo utilizado leva a imaginar que o autor da resposta está esquecendo que prédios de pedra poderiam ser mais adequados que algumas construções contemporâneas (envidraças ou com vãos abertos) e que as bibliotecas de hoje ainda brigam com os ratos e outros habitantes indesejáveis.

**Questão 7** – Quais as atividades que você acha que eram desenvolvidas no interior das bibliotecas medievais?

Para esta questão uma resposta apareceu em 70% do total de questionários. Ora como “reprodução”, ora como “transcrição”, depois com o adjetivo “cópia” de manuscritos, a atividade realizada pelos monges copistas, ou *scriptoris*, foi observada muito bem pelos alunos.

Também se obteve como resposta de 10% do total a “leitura de manuscritos” como parte das atividades realizadas nas bibliotecas. Outros 10% foram indiferentes ou não imaginam quais atividades eram realizadas. Os demais 10% citaram repostas como “estudos complexos”, “pesquisas secretas”, “catalogação e classificação dos

livros”, “preservação de acervo histórico” e por último “envenenamento de livros”, clara influência do filme.

O que se observa a partir dessa questão é que, em geral, os alunos têm alguma noção das atividades realizadas no interior das bibliotecas nos mosteiros. Contudo é uma noção parcial, pois existia uma série de outras mais que não foram citadas, por exemplo, a elaboração e guarda dos Registros e dos Cartulários (livros onde se copiavam os documentos emitidos e recebidos).

**Questão 8** – Qual era a finalidade, os objetivos das bibliotecas no período medieval?

Mesmo nos dias de hoje deve-se questionar qual é a finalidade das bibliotecas. Prover informação aos usuários? Preservar e manter a produção cultural do país? Pode-se enumerar uma série de outras finalidades. Entre os alunos que responderam os questionários:

- 47% disseram que a finalidade era “preservar o conhecimento”;
- 10% responderam “preservação das informações”;
- 17% responderam “guarda de livros”, indicando a biblioteca medieval como um depósito de livros;

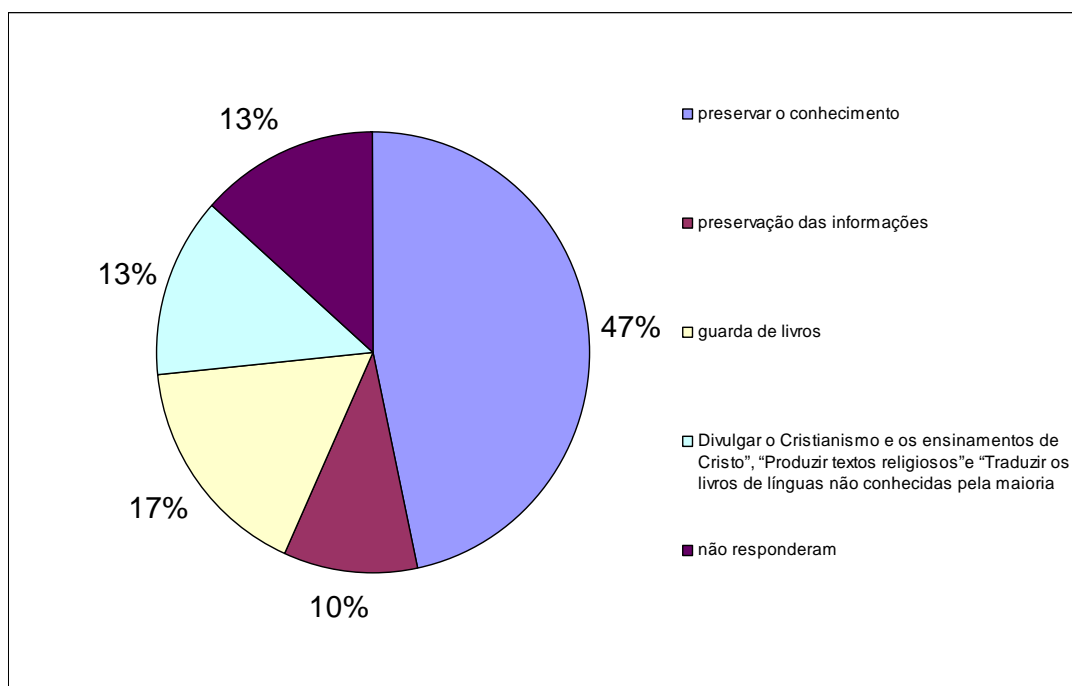
De acordo com a etimologia da palavra biblioteca (do grego *biblos* = livro e *teke* = caixa), não é incorreto afirmar que as bibliotecas na Idade Média tinham a função de guardar livros, entretanto é preciso cuidado ao afirmar isso para não parecer depreciativo, uma vez que as bibliotecas atuais, a despeito de todas as inovações tecnológicas disponíveis, ainda atuam, de certa forma, como um local de guarda de livros.

- 13% deram repostas variadas tais como “divulgar o Cristianismo e os ensinamentos de Cristo”, “produzir textos religiosos” e “traduzir os livros de línguas não conhecidas pela maioria”.

Cabe comentar aqui que a biblioteca nunca teve como finalidade produzir textos religiosos. Quanto à tradução de livros de “línguas não conhecidas pela maioria”, não fica claro qual era essa língua, visto que cada região tinha seu próprio dialeto. Os textos em geral eram traduzidos para a língua erudita, que na época era o latim. E quem seria essa "maioria"?

- 13% não responderam.

**GRÁFICO 6:** Finalidades da biblioteca medieval



Analisados os dados e o gráfico, percebe-se que não é claro para os alunos qual era a finalidade da biblioteca medieval, que era primeiramente atender a comunidade monástica. A preservação do conhecimento, assim como as informações, era consequência do trabalho realizado dentro daquelas bibliotecas.

**Questão 9** – Na sua opinião, qual a importância de se estudar sobre as bibliotecas medievais?

Quando se decidiu pesquisar sobre bibliotecas medievais, especialmente no período da Baixa Idade Média, fez-se isso a partir do questionamento da relação de alunos de Biblioteconomia de hoje com a instituição biblioteca em outros momentos históricos. Relativamente a esta questão, as respostas obtidas indicam uma série de benefícios que viriam a partir do levantamento de dados e pesquisas sobre as bibliotecas da Baixa Idade Média:

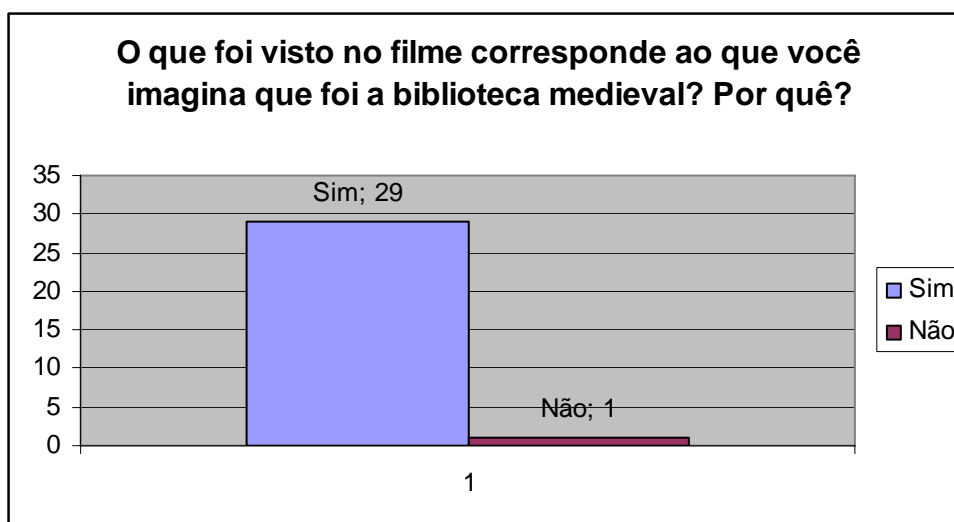
- “Conhecer as técnicas utilizadas e sua ‘evolução’ nas bibliotecas”
- “Conhecer a evolução (sic) das bibliotecas”
- “Comparar as bibliotecas do passado com as de hoje”
- “Conhecer a história das bibliotecas”
- “Entender conceito de biblioteca”
- “Compreender as bibliotecas do passado para não repetir os mesmos erros”

- “Curiosidade”

Analisando as repostas é possível observar que a maioria dos alunos tem algum interesse pelo estudo das bibliotecas medievais, entretanto desejam saber apenas detalhes: alguns querem saber sobre as técnicas, outros sobre as mudanças ocorridas desde a época medieval até os dias de hoje e há ainda quem tenha mera curiosidade. Não parece haver muita clareza com relação à utilidade da análise histórica. Contudo, uma das respostas merece destaque: o entendimento do conceito de biblioteca. A partir do desmembramento e entendimento do sentido de biblioteca, juntamente como um estudo histórico - contextualizado e crítico -, dessa instituição em diferentes momentos, cada aluno terá condições de entender melhor não só a instituição no passado, mas desenvolver também uma visão mais crítica sobre a instituição no presente.

**Questão 10** – O que foi visto no filme corresponde ao que você imagina que foi a biblioteca medieval? Por quê?

**GRÁFICO 7**



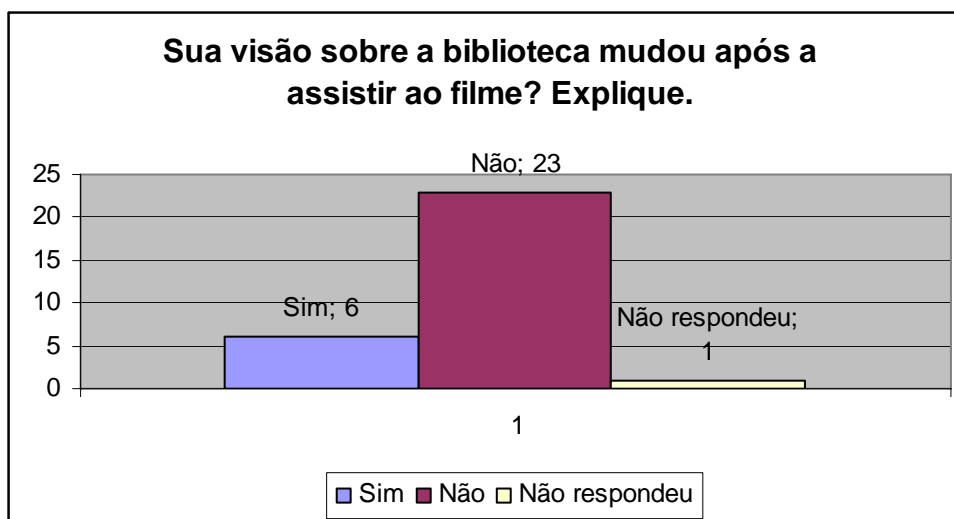
Quase todos os alunos, ou 97% do total, responderam que sim, há uma correspondência entre suas idéias sobre a biblioteca medieval e aquela mostrada no filme. Mas apenas 74% justificaram o sim. As justificativas indicaram que alguns alunos já tinham lido sobre o assunto, outros já tinham visto o filme. Entre os 30

questionários, apenas um ressaltou que as mortes que ocorreram no mosteiro diferem do que ele imaginava da biblioteca medieval. Os demais indicaram características e semelhanças correspondentes: acesso restrito, obras consideradas perigosas e proibidas, execução de cópias pelos monges, domínio da Igreja Católica, estrutura física com aspecto sinistro.

**Questão 11** – Sua visão sobre a biblioteca mudou após assistir ao filme? Explique.

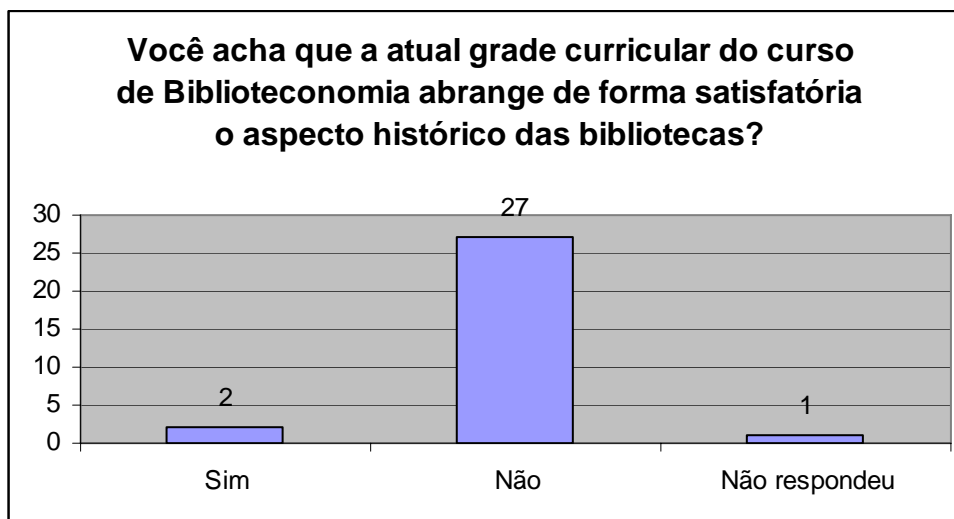
Praticamente todos os alunos, 77% do total, responderam “não”, já que o filme correspondia ao que eles imaginavam que foi a biblioteca medieval. Entre aqueles que responderam “sim” a explicação para a mudança de visão é a preocupação em não repetir o que foi visto no filme com relação ao acesso e disponibilidade das obras para os usuários.

**GRÁFICO 8**



**Questão 12** — Você acha que a atual grade curricular do curso de Biblioteconomia abrange de forma satisfatória o aspecto histórico das bibliotecas? Justifique.

**GRÁFICO 9**



Para quase todos os alunos o departamento não dá a devida importância a esta linha de estudo. Muitos alunos enfatizaram o fato de que, como já mencionamos, existe uma única disciplina que aborda o aspecto histórico das bibliotecas, chamada *História do livro e das bibliotecas*. Esta disciplina é optativa e não é regularmente oferecida. Os alunos também mencionaram que as disciplinas oferecidas no curso são “voltadas para o futuro”. Além dessas respostas, encontramos também sugestões, como a inclusão de disciplinas que abordem a história das bibliotecas brasileiras na grade do curso de Biblioteconomia. Entre os que responderam “sim”, a justificativa é que existe uma disciplina que aborda o tema, e que apenas uma seria suficiente para cobrir todo o assunto.

Comparando esta questão com a questão número 5, percebe-se que existe o interesse por parte dos alunos pelo tema, mas não há uma mobilização efetiva por parte desses alunos para que a disciplina *História do livro e das bibliotecas* seja de fato ofertada.



## 8 CONCLUSÃO

Para que conseguíssemos enxergar a biblioteca da Baixa Idade Média com o olhar de pesquisadores, a fim de realizar os estudos que fizemos acerca dos diferentes posicionamentos que existem sobre a mesma, tivemos que rever nossa própria visão a respeito, buscando desmistificar a imagem que tínhamos anteriormente sobre a Idade Média (conseqüência da maneira superficial de ensino de história, ainda largamente utilizada nos níveis fundamental e médio no Brasil). Somente com uma abordagem de crítica às idéias pré-concebidas pudemos analisar a biblioteca da Baixa Idade Média de maneira um pouco menos parcial; contextualizar aquela instituição nos ajudou a compreendê-la melhor, como um fenômeno histórico relevante para a humanidade.

Um desafio foi, também, evitar a idéia tendenciosa de evolução, presente em muitos dos textos consultados, porque entendemos que o que temos hoje não é necessariamente melhor do que o que existia anteriormente, nem o que se tinha antes é pior ou melhor do que o que existe na atualidade; esses diferentes mecanismos apenas atendem às necessidades de sua época.

Embora o passado, o presente e o futuro tenham uma ligação entre si, não podemos simplesmente comparar a biblioteca medieval com a biblioteca atual, uma vez que cada momento histórico, cada civilização, cada cultura tem demandas muito próprias, muito particulares, que não necessariamente são as mesmas entre si. Mesmo que a biblioteca medieval não funcionasse nos moldes da de hoje, como em geral as pessoas preconceituosamente costumam esperar e cobrar, ela atendia sim às necessidades de sua época e de seus usuários, que não eram os mesmos de hoje. São noções e conceitos completamente diferentes, por isso não podemos pensar na Idade Média com a mentalidade de hoje. Saudosismos e modernismos são posturas radicais, que não contribuiriam em nada para nosso estudo. A questão aqui foi compreender que os contextos são diferentes; as “soluções” de hoje servem para os problemas de hoje, assim como as “soluções” da Idade Média eram aplicadas para resolver os problemas da Idade Média, não podendo haver um intercâmbio efetivo entre elas, já que cada época tem suas próprias necessidades.

Percebemos, com o desenvolvimento deste trabalho, que o conhecimento e a análise crítica do passado nos dão os meios para que possamos desenvolver nossa visão crítica sobre o momento atual também, compreendendo o que podemos fazer

para modificar a nossa realidade, nos beneficiando para isso das conseqüências de experiências anteriores (que nem sempre podem ser aplicadas ao presente). A idéia que podemos ter do passado é sempre limitada, e não é totalmente imparcial, mesmo porque seria impossível libertar-se totalmente do presente e mergulhar plenamente no passado, já que ninguém pode ser isolado de sua época. Mas olhar para o passado não é sinônimo de retrocesso, e muito menos uma atitude de saudosismo; esse entendimento se mostra necessário para se seguir em frente com o curso da História. Pensar na biblioteca medieval como elemento significativo para o presente foi de vital importância para se dar um sentido à trajetória dos acontecimentos históricos. Nesse caso não é apenas mais um discurso, mas uma maneira de pensar, uma perspectiva diferenciada que não a tradicional.

Dentre os muitos desafios que se apresentaram ao longo da pesquisa, um deles foi perceber a importância de se fazer uma ressalva sobre que, ao contrário do que se possa imaginar, o fato de a informação não ser algo amplamente disseminado entre toda a população não é uma característica exclusiva do período medieval, já que hoje em dia ela (a informação) ainda não o é totalmente. A diferença é que a difusão da informação está hoje facilitada por recursos técnicos que não existiam naquela época, como a imprensa, o rádio, a televisão e a Internet, por exemplo, que permitem explorar melhor o que é produzido em termos de novos conhecimentos, de forma a sempre renovar e expandir esses estudos. Entretanto, não podemos ignorar o fato de que grandes contingentes humanos ainda enfrentam cotidianamente, não só o analfabetismo, a marginalidade cultural, como a miséria e a fome. Cabe a nós perceber, mais uma vez, como cada época constrói seus mecanismos e relações, e como trabalha com os recursos disponíveis e suas limitações.

Com base nesta pesquisa bibliográfica, e no resultado do levantamento indicativo sobre a maneira como alunos de Biblioteconomia do CID-UNB encaram a biblioteca da Baixa Idade Média (e o processo histórico do fenômeno biblioteca como um todo), concluímos que a presença de disciplinas que contemplassem a análise historiográfica poderia ser de grande valia para a formação do profissional da área. Concluímos, ainda, que a maioria dos alunos considera a atual forma com que a história da biblioteca está contemplada na atual grade curricular do curso de Biblioteconomia do CID-UNB inadequada ou insuficiente. Acreditamos que seria importante criar espaços, com a participação de professores e alunos, para discutir a relevância de tais estudos na formação do bibliotecário; seria interessante que o curso contemplasse melhor esse aspecto histórico da questão. Consideramos relevante a

presença de disciplinas com esse enfoque, de forma que esses alunos pudessem perceber mais claramente as relações particulares da biblioteca com cada contexto, além de ter uma noção e uma visão mais crítica do usuário e dos processos de produção, organização e disseminação da informação em cada momento histórico. Disciplinas de caráter histórico contribuem, também, para que deixemos de ter uma atitude depreciativa e preconceituosa com relação às coisas do passado.

Verificamos, também, que existe pouca literatura sobre o assunto específico (biblioteca medieval); a maioria das obras que focalizam a história da biblioteca dedica pouco espaço a esse período da história e o abordam de maneira excessivamente superficial, além de não ter acompanhado o desenvolvimento das discussões a respeito da Idade Média no âmbito historiográfico. Desta forma, muitos estudos acerca da biblioteca medieval pecam por negligenciar a abordagem histórica, reproduzindo, com freqüência, muitos dos equívocos que existem com relação ao período.

O preconceito contra a Idade Média começou com os próprios intelectuais renascentistas e iluministas, e os rótulos e estereótipos criados então continuaram pesando sobre esse período pelo menos até o começo do XIX. Para PERNOUD (1977, p. 13), ainda existe um preconceito muito grande com relação ao período medieval “porque as pesquisas de erudição feitas há cento e cinquenta anos [ca. 1820], no seu conjunto, ainda não atingiram o grande público”. Essa historiadora alertava, a cerca de três décadas, e no Brasil ainda é freqüente; que os “programas escolares até agora não deram lugar senão à literatura (...) que começa no século XVI” (PERNOUD, 1977, p. 40). É como se nada do que foi produzido nesses tempos “bárbaros” valesse a pena ser conhecido e/ou estudado seriamente, por ser obra de seres supostamente “grosseiros e ignorantes”. A medievalista critica a superficialidade e generalização com que o período é freqüentemente tratado: “sejam quais forem as questões abordadas, passa-se levemente sobre esses mil anos” (PERNOUD, 1977, p. 137).

Gimpel faz coro a Pernoud ao afirmar que “de um modo geral, pode-se considerar que a Idade Média foi mal compreendida e ainda é, com maior freqüência, subestimada” (GIMPEL, 1977, p. 204).

Seria desejável que pessoas com formação em Biblioteconomia, familiarizados com o que é a instituição e quais suas necessidades e finalidades, voltassem seus olhos para a produção de pesquisas de caráter histórico sobre esse objeto de estudo, mas aproximando-se das mais recentes discussões desenvolvidas em outras áreas do conhecimento, entre elas a historiográfica, a fim de produzir estudos mais detalhados e menos calcados em generalizações e idéias pré-concebidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003. 238 p.
- BETHENCOURT, Francisco. As visitas – O controle dos livros. In: \_\_\_\_\_. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 531 p. il. p. 197-209.
- CAMPOS, Arnaldo. Idade média. In: \_\_\_\_\_. *Breve história do livro*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994. p. 133-174. (Série Revisão).
- COELHO, Teixeira (org.). *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 1999. 383 p.
- *DICIONÁRIO Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação*. Vitória; Porto: DCI-CCEJ/UFES; SAJCC/FLUP-CETAC.Midia, 2007. Acesso em: <<http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/def.asp?cod=7>>. Consultado em: 18 de junho de 2008.
- DUBY, Georges. Convívio. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História da vida privada, 2: da Europa feudal à Renascença*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 49-95.
- ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro; São Paulo: Nova Fronteira; O Globo; Folha de S. Paulo, 2003. 479 p. il.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. As estruturas culturais. In: \_\_\_\_\_. *A Idade Média: o nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 125-148.
- GIMPEL, Jean. *A revolução industrial da Idade Média*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 222 p.
- KATZENSTEIN, Úrsula E. *A origem do livro: da Idade da pedra ao advento da impressão tipográfica no Ocidente*. Colaboração de Walter D. Cohn. São Paulo: Hucitec, 1986. 455 p.

- LABARRE, Albert. *História do livro*. Tradução de Maria Armanda Torres e Abreu. São Paulo: Cultrix, 1981. 109 p.
- LOPES, Hugo. Os mosteiros medievais como edifícios de saber. A conquista do território pela implantação de conhecimento desde o século X ao século XII. O caso português como ilustração paradigmática. *Millenium: Revista do ISPV*, Viseu, n. 27, abr. 2003. Acesso em: <<http://www.ipv.pt/millenium/Millenium27/20.htm>>. Consultado em: 14 de abril de 2008.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e das bibliotecas*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- MELLO, José Barboza. *Síntese histórica do livro*. Rio de Janeiro: Leitura, 1972. 341 p.
- MENDO CARMONA, Concepción. Los archivos y la archivística: evolución histórica y actualidad. In: RUIZ RODRIGUEZ, Antonio Ángel. *Manual de archivística*. Madrid: Síntesis, 1995. p. 19-38.
- MURCHO, Desidério. O nome da rosa, de Umberto Eco. *Crítica*. Acesso em: <[http://criticanarede.com/lds\\_nomedarosa.html](http://criticanarede.com/lds_nomedarosa.html)>. Consultado em 15 de abril de 2008
- *O NOME da rosa* (The name of the rose). Direção: Jean-Jacques Annaud. Produção: Bernd Eichinger. Intérpretes: Sean Connery; Christian Slater; F. Murray Abraham; Feodor Chaliapin Jr.; Michael Lonsdale; Volker Prechtel e outros. Roteiro: Andrew Birkin, Gérard Brach, Howard Franklin e Alain Godard. Música: James Horner. França: France 3 Cinéma, Les Films Ariane; Itália: Cristaldifilm; Alemanha: Neue Constantin Film, Zweites Deutsches Fernsehen, 1986. Distribuição: 20th Century Fox Film Corporation .1 DVD (130 min), son., color. Baseado no romance *O nome da rosa* de Umberto Eco.
- O NOME da rosa [sinopse]. *Adorocinema.com*. Acesso em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/nome-da-rosa/nome-da-rosa.asp>>. Consultado em: 15 de abril de 2008.
- PERNOUD, Régine. *O mito da Idade Média*. Tradução de Maria do Carmo Santos. Lisboa: Europa-América, 1977. 158 p. (Coleção Saber).
- PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Tradução de Carlos Montenegro Miguel. Lisboa: Europa-América, 1973. 176 p. (Coleção Saber).

- PREVITÉ-ORTON, Charles William. *História da Idade Média*. Tradução de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1973. 356 p.
- SANTOS, Carla Inês Costa dos; BRASIL, Eliete Mari Doncato. *Elaboração de trabalhos técnico-científicos*. São Leopoldo: Biblioteca da UNISINOS, 2007. Acesso em: <[http://www.scribd.com/doc/264464/ NORMAS-ABNT-2007](http://www.scribd.com/doc/264464/NORMAS-ABNT-2007)>. Consultado em: 28 de junho de 2008.
- VERGER, Jacques. Os livros na Idade Média. In: \_\_\_\_\_. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru: EDUSC, 1999.

# APÊNDICE A

---



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação – FACE

Departamento de Ciência da Informação e Documentação – CID

Esta pesquisa é parte integrante de projeto de monografia

## QUESTIONÁRIO

### Parte 1

**1 – Que semestre você está cursando agora?** \_\_\_\_\_

**2 – Você já cursou a disciplina “História do livro e das bibliotecas”?**

( ) Sim      ( ) Não

**3 – Você já leu o romance *O nome da rosa*, do escritor italiano Umberto Eco?**

( ) Sim      ( ) Não

**4 – Você já assistiu ao filme, baseado neste mesmo romance (*O nome da rosa*)?**

( ) Sim      ( ) Não

**5 – Como você classifica o seu interesse pela história das bibliotecas?**

( ) Alto      ( ) Baixo

( ) Médio      ( ) Indiferente

**6 – Como você imagina que as bibliotecas eram na Idade Média?**

---

---

---

**7 – Quais as atividades que você acha que eram desenvolvidas no interior das bibliotecas medievais?**

---

---

---

**8 – Qual era a finalidade, os objetivos das bibliotecas no período medieval?**

---

---

---

**9 – Na sua opinião, qual a importância de se estudar sobre as bibliotecas medievais?**

---

---

---

---



# QUESTIONÁRIO

## Parte 2

**10 – O que foi visto no filme corresponde ao que você imagina que foi a biblioteca medieval? Por quê?**

Sim       Não

---

---

---

**11 – Sua visão sobre a biblioteca mudou após a assistir ao filme? Explique.**

Sim       Não

---

---

---

**12 – Você acha que a atual grade curricular do curso de Biblioteconomia abrange de forma satisfatória o aspecto histórico das bibliotecas? Justifique.**

Sim       Não

---

---

---

# APÊNDICE B

=====

## RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ABERTAS E MISTAS\* DO QUESTIONÁRIO

### Parte 1

**Questão 6** – Como você imagina que as bibliotecas eram na Idade Média?

- 1) “Imagino que nem todos cidadãos podiam ter acesso aos documentos, pois a informação, o conhecimento era um instrumento de poder que ameaçaria quem estivesse no comando”.
- 2) “Apenas um depósito de livros, organizados de forma precária, com acesso extremamente (sic) restrito”.
- 3) “Acesso restrito, já que poucos sabiam ler. Elitizada e com acervo predominantemente religioso”.
- 4) “Acredito que não havia um sistema de organização tão complexo quanto ao atual”.
- 5) “Eram locais de difícil acesso, geralmente localizados nos mosteiros”.
- 6) “Imagino que elas fossem usadas por uma pequena (muito peq.) [sic] parte da sociedade”.
- 7) “Com funções diferentes das bibliotecas possuem hoje mais relacionadas”.
- 8) “Uma grande construção com enormes estantes...”.
- 9) “Verdadeiros castelos, enormes, cheios de livros espalhados por todos os lados, cheio de poeira, bem velho”.
- 10) “Como no filme, uma preciosidade guardada a sete chaves e livre do acesso às pessoas. Bem diferente do conceito atual de biblioteca, que busca a democratização do acesso.”
- 11) “Imagino que estivessem realmente ligadas à mosteiros e conventos já que a Igreja era a instituição dominante, como mostra ‘O Nome da Rosa’”.
- 12) “Grandes porões sujos, empoeirados com livros enormes e de grande valor cultural, proibidos para o povo”.
- 13) “Construções escuras e tristes, repletas de manuscritos velhos e ratos”.

---

\* Parte da resposta objetiva (sim ou não) e espaço para justificativa aberta.

- 14) “Eram nos mosteiros e cheios de livros de grandes pensadores”.
- 15) “Um local de silêncio absoluto, onde o acesso era restrito e controlado”.
- 16) “Agiam como influência e apologia ao cristianismo”.
- 17) “‘Mantedoras’ de informação que a igreja não passava p/ o público”.
- 18) “Imagino que não havia muitas. E na verdade nunca parei pra pensar como seria”.
- 19) “Com muitos acervos ligados a monarquia ou ao governo de cada localidade, ou acervo ligado a igreja católica”.
- 20) “No mundo ocidental, embora controlado a ‘mão de ferro’ pela Igreja, foi muito importante p/ guardar boa parte do conhecimento produzido em Roma e os ‘poucos’ estudos feitos durante a Idade das Trevas”.
- 21) “Lugares sujos e inacessíveis, com muitos manuscritos empilhados de qualquer jeito”.
- 22) “Restritas a partes da população. Somente o clero e os nobres tinham acesso a elas”.
- 23) “Bem rústicas, com instalações precárias, construída com pedras, poucos livros, etc.”.
- 24) “Eram locais quase largados guardados nos mosteiros. Reproduziam livros e eram responsáveis pela preservação do conhecimento”.
- 25) “Acho que eram pouco desenvolvidas se comparadas às de hoje mas eram ricas em materiais clássicos”.
- 26) “Grandes, com pouco acesso ao público”.
- 27) “Grandes depósitos (locais) onde eram organizados documentos e livros (pergaminhos, etc.) os quais não eram de acesso livre”.
- 28) “As bibliotecas eram fechadas, apenas algumas pessoas podiam visitá-la. Não havia acesso ao usuário ou mesmo empréstimo do acesso”.
- 29) “Deviam ser espaços restritos a pessoas com alto poder aquisitivo, grandes pesquisadores”.
- 30) “De acesso restrito, com livros de poucos exemplares, em grandes salas, feitas de pedras.”.

**Questão 7** – Quais as atividades que você acha que eram desenvolvidas no interior das bibliotecas medievais?

- 1) “Não imagino que tipo de organização existia”.
- 2) “Pouca organização, limpeza e leitura”.
- 3) Sem resposta.
- 4) “Leitura e escrita”.
- 5) “Cópias de livros e traduções”.
- 6) “Cópias de livros, montagem (confeção), produção”.
- 7) “Cópias, leitura da bíblia, organização de documentos relativos aos feudos”.
- 8) “Leitura, estudos, consultas...”.
- 9) “Traduções, transcrições”.
- 10) “Reprodução; conservação”.
- 11) “Todo o processo de cópia dos textos, iluminuras das páginas, encadernação, enfim a (re)produção dos livros ‘apropriados’, além dos processos de organização e guarda para divulgar ou proibir a determinados assuntos, de acordo com os interesses da Igreja. Também faziam a guarda de certidões de propriedade de terra e de outros importantes documentos do período”.
- 12) “Transcrições, traduções”.
- 13) “Produção de livros, leitura de textos religiosos”.
- 14) “Reprodução de livros”.
- 15) “Traduções e cópias de livros e pergaminhos autorizados pela igreja”.
- 16) “De transcrição de obras e cópias para serem mantidas longe das pessoas comuns”.
- 17) “Leitura, cópia de documentos”.
- 18) “Só que eles deveriam classificar os livros por assuntos, que eram assim colocadas nas estantes”.
- 19) “Preservação de acervo histórico”.
- 20) “Cuidar do conhecimento produzido no período anterior da História, especialmente o romano e das regiões arábicas e contribuir para as novas pesquisas restritas ao alto clero”.
- 21) “Cópia de manuscritos”.
- 22) “Somente as de leitura, tradução de textos e cópias”.

- 23) “Traduções, confecções de livros, estudos religiosos, reprodução manual de livros”.
- 24) “Reprodução e preservação de livros (pergaminho)”.
- 25) “Produção e reprodução de manuscritos”.
- 26) “Cópias de livros, manutenção do acervo existente, restauração de livros”.
- 27) “Os escribas da época faziam suas longas reproduções de textos manuscritos, leituras daqueles que poderiam acessar a biblioteca, manutenção do acervo (capa, papéis, etc.)”.
- 28) “Acredito que não havia um serviço de reprografia complexo, porém os monges faziam cópias dos livros”.
- 29) “Estudos complexos, atividades desenvolvidas por grupos restritos, pesquisas secretas”.
- 30) “Traduções, reproduções manuais com ilustrações feitas pelos copistas”.

**Questão 8** – Qual era a finalidade, os objetivos das bibliotecas no período medieval?

- 1) “Acho que preservar o conhecimento que seria restrito a poucos”.
- 2) “‘Armazenar conhecimento’”.
- 3) Sem resposta.
- 4) “Difundir o conhecimento somente entre a nobreza e o alto clero”.
- 5) “O objetivo era de se acumular o conhecimento. Não havia preocupação em disponibilizá-lo”.
- 6) “Guardar os livros e proteje-los (sic)”.
- 7) “Organizar os documentos dos feudos, escrever e reescrever obras, cuidar do conhecimento cristão”.
- 8) “Preservar a informação”.
- 9) “Traduzir os livros de línguas não conhecida pela maioria”.
- 10) “Preservação do conhecimento”.
- 11) “Preservar o conhecimento existente nos livros, copiar e iluminar saltérios para a nobreza, servir de guarda dos documentos importantes para nobres ou demais pessoas já que não havia cartórios”.
- 12) “Guardar os livros que eram considerados proibidos pela igreja”.

- 13) “Preservar o conhecimento, mantendo-o longe do público”.
- 14) “Reprodução do conhecimento”.
- 15) “Divulgar o conhecimento que apenas confirmasse a fé ou explicasse fatos que se ajustavam aos ideais da igreja”.
- 16) “Divulgar o Cristianismo e os ensinamentos de Cristo”.
- 17) “Guardar informações da igreja”.
- 18) “Guardar informações”.
- 19) Sem resposta.
- 20) “Classificação, catalogação, ‘envenenamento dos livros’, esta última no Ocidente”.
- 21) “Reproduzir textos religiosos”.
- 22) “Preservar as obras produzidas”.
- 23) “Armazenar, produzir e reproduzir livros e documentos principalmente religiosos”.
- 24) “Acredito que era a de preservar o conhecimento para as gerações posteriores”.
- 25) “Acho que era preservar o conhecimento”.
- 26) “Preservar o conhecimento, obras”.
- 27) “Era a guarda de conhecimento, porém não sua disseminação”.
- 28) “Guardar os manuscritos e livros. Era uma espécie de depósito”.
- 29) Sem resposta.
- 30) “Deter conhecimento de tudo que era produzido e não divulgar para outros”.

**Questão 9** – Na sua opinião, qual a importância de se estudar sobre as bibliotecas medievais?

- 1) “Saber quais idéias sobre informação existiam e para que as bibliotecas serviam (ou para quem)”.
- 2) “Ter consciência da evolução”.
- 3) “Nenhuma”.
- 4) “É com os erros que se aprende”.
- 5) “É muito grande. Devemos ter uma noção sobre a evolução do conceito da biblioteca”.

- 6) “Saber como não devemos agir”.
- 7) “É importante conhecer o passado sempre”.
- 8) “Saber a origem das bibliotecas”.
- 9) “Muito importante”.
- 10) “Conhecer as técnicas da época e trabalhar as diferenças dos objetivos e acompanhar as transições que a sociedade faz.”.
- 11) “É sempre muito importante estudar a História de qualquer período no assunto que trabalhamos para traçar um perfil do que já passou e que, portanto, podemos analisar melhor e tirarmos o maior proveito das experiências positivas e negativas”.
- 12) “Conhecer os grandes tesouros que guardados por serem proibidos, pergaminhos”.
- 13) “Tentar entender o passado e o presente”.
- 14) “É importante para podermos ter uma visão de como as bibliotecas evoluíram”.
- 15) “Conhecer a evolução das bibliotecas e a história da nossa profissão”.
- 16) “Comparar com as bibliotecas de hoje e ver como a informação é importante para a formação intelectual”.
- 17) “Pode-se entender a evolução das bibliotecas e a importância que elas sempre tiveram”.
- 18) “Talvez para usar alguma aplicação atualmente”.
- 19) “Saber as origens da biblioteconomia e também a história das bibliotecas”.
- 20) “Porque foram grandes centros de armazenamento do conhecimento no período anterior da história”.
- 21) “Mera curiosidade”.
- 22) “Para conhecer a evolução das bibliotecas com o passar do tempo e analisar as mudanças ocorridas”.
- 23) “Saber o passado e a história de um dos locais mais importantes e que mais representavam a informação na época”.
- 24) “É importante conhecer o passado para não repetir os erros no futuro”.
- 25) “Pra não repetir os erros do passado”.

- 26) “Ter uma noção de como era tratada a informação naquele, verificar a evolução daquela época até os dias atuais”.
- 27) “Saber um dos caminhos da evolução das técnicas dentro da biblioteca e sua função na época, podendo assim entender melhor o presente e o futuro dos centros de informação que temos”.
- 28) “Acredito que seja importante pelo fato de sabermos sobre a evolução histórica e o contexto contemporâneo”.
- 29) “Saber como foi o seu desenvolvimento, essa evolução, como era no passado, no que se tornou e no que pode se transformar”.
- 30) “Saber da história da evolução para compreender coisas atuais”.

## **Parte 2**

**Questão 10** – O que foi visto no filme corresponde ao que você imagina que foi a biblioteca medieval? Por quê?

- 1) Sim
- 2) Sim. “Não mudou muito minha opinião, apenas supriu expectativas”.
- 3) “Não vi o filme”.
- 4) Sim. “Sim, pois eu já tinha estudado sobre bibliotecas medievais”.
- 5) Sim. “Além de já ter visto o filme, já li a respeito”.
- 6) Sim “Porque mostra que a biblioteca era restrita a poucos”.
- 7) Sim. “Já vi o filme antes”.
- 8) Sim
- 9) Sim
- 10) Sim. “O preciosismo com a informação”.
- 11) Sim. “Apesar das mortes dos religiosos, o cotidiano das bibliotecas medievais, pelas leituras que fiz depois de ter visto ‘o nome da rosa’, era assim mesmo como descreve o Umberto Eco”.
- 12) Sim. “Como era uma época em que a igreja é quem comandava os livros proibidos eram escondidos, a falta de higiene pessoal com os porões sujos e com ratos”.
- 13) Sim. “Pelo menos é o que eu imagino”.



- 14) Sim. “Porque as atividades são comuns tanto ao que eu imaginava quanto as representadas no filme”.
- 15) Sim. “Devido aos estudos da época que eu tenho conhecimento”.
- 16) Sim. “Porque privava a sociedade dos conhecimentos”.
- 17) Sim. “A biblioteca medieval guardava livros sagrados que não eram de domínio público e a prática dos copistas e a prática dos copistas era feita no interior das bibliotecas”.
- 18) Não. “Porque eu não imaginava que eram salas separadas”.
- 19) Sim. “Dominancia (sic) total de informação pela Igreja”.
- 20) Sim. “Embora esta se trate de uma biblioteca muito grande ela corresponde em relação ao seu funcionamento e etc.”.
- 21) Sim. “Está bem fiel ao livro”.
- 22) Sim. “Pois somente poucas pessoas tem acesso as obras contidas na biblioteca e poucos serviços eram realizados por estas”.
- 23) Sim. “Imaginei na estrutura física mais ou menos como no filme, como castelos e torres e etc. porém existem muito mais livros do que imaginei”.
- 24) Sim. “Sim, pois como eu já li o livro e fiz História do livro e das bibliotecas já tinha uma visão que coincide c/ e do filme”.
- 25) Sim
- 26) Sim. “Porque não era acessível a massa”.
- 27) Sim. “Pelo fato de eu já ter acesso a informação de que haviam monges copistas na época, e pelo fato de saber que a Igreja tinha intenção de deter o conhecimento para que seus fiéis continuavam alienados”.
- 28) Sim
- 29) Sim
- 30) Sim

**Questão 11** – Sua visão sobre a biblioteca mudou após a assistir ao filme?  
Explique.

- 1) Não
- 2) Não. “Não mudou muito o conceito que tenho. Apenas supriu expectativas relevantes”.

- 3) “Idem” [refere-se à resposta da questão anterior].
- 4) Não. “Não, pois já imaginava como seria por já ter lido a respeito”.
- 5) Sim. “É mais uma razão p/ nos estimular a disponibilizar os acervos”.
- 6) Não
- 7) Não
- 8) Não
- 9) Sim. “Porque eles escondiam a informação, e realmente a função da biblioteca é disseminar e dá acessibilidade a informação a todos independentemente”.
- 10) Não. “Acredito que a sociedade produz de acordo com suas necessidades. A biblioteca que conhecemos hoje é coerente com nossa sociedade”.
- 11) Sim. “Eu assisti este filme pela 1ª vez há muitos anos, eu nem pensava em bibliotecas medievais na época, ele me despertou o interesse no assunto”.
- 12) Sim. “Porque o objetivo da biblioteca não é só guardar e preservar o conhecimento, mas sim disponibilizar e dá a cesso a todos”.
- 13) Sim. “Na verdade, só acrescentou ao que eu já sabia”.
- 14) Sim. “Era da mesma forma como eu imaginava”.
- 15) Não
- 16) Não
- 17) Não. “Já possuía uma idéia de como eram as bibliotecas e como elas mudaram”.
- 18) Não. “Eu já tenho certeza que a biblioteca é um centro muito importante de conhecimento”.
- 19) Não
- 20) Não
- 21) Não
- 22) Não. “Porque os fatos mostrados são compatíveis com a visão que possuía anteriormente”.
- 23) Não. “Não muito naquela época pessoas ‘comum’ não tinham acesso a informação e hoje em dia sim, acho que essa foi a principal diferença que notei”.
- 24) Não. “Não porque eu já tinha visto o filme”.

25) Não

26) Não

27) Não. “Não mudou, mas acrescentou. Em termos arquitetônicos (sic)”.

28) Não. “Apesar de a biblioteca ser um grande depósito ela possui muitas funções além dessa”.

29) Não

30) Não

**Questão 12** – Você acha que a atual grade curricular do curso de Biblioteconomia abrange de forma satisfatória o aspecto histórico das bibliotecas? Justifique.

1) Não. “A maioria das disciplinas são voltadas para o futuro”.

2) Não. “Poucas são as matérias que de alguma forma tratam realmente disto”.

3) “Não sei opinar”.

4) Sim. “Sim, pois há disciplinas que retratam isso”.

5) Sim. “Acredito q (sic) uma disciplina seja suficiente p/ (sic) o curso”.

6) Não

7) Não

8) Não

9) Não

10) Não. “Acredito que o tópico deve ser melhor abordado, incluindo a história das bibliotecas no país”.

11) Não. “A disciplina não é obrigatória e não é semestralmente oferecida”.

12) Não. “A única material (sic) que falava sobre o assunto não é mais oferecida”.

13) Não. “Eles tinham que oferecer essa disciplina denovo (sic)”.

14) Não. “Por que não tem nenhuma disciplina que enfoque este assunto”.

15) Não. “Uma vez que a única disciplina que explora a fundo este tema, nem se trata de uma disciplina obrigatória. Maior descaso impossível”.

16) Não. “Falta uma maior explicação cronológica”.

17) Não. “O curso não possui nenhuma disciplina voltada p/ (sic) a parte histórica e não há preocupação em se falar sobre esta parte”.

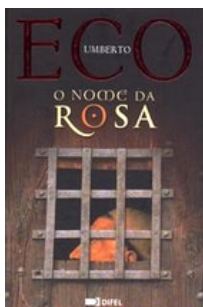
- 18) Não. “Só tem uma matéria que abrange o assunto”.
- 19) Não. “Só existe uma matéria e mesmo assim não é dada”.
- 20) Não. “Faltam professores que possa (sic) dar esta disciplina sequer temos professores para ministrar disciplinas como CDD e CDU no quadro da universidade. E muitas vezes quando temos, são substitutos, que deixam muito a desejar porque não podem pesquisar, isso diminui muito a qualidade dessas disciplinas”.
- 21) Não. “Descaso total”.
- 22) Não. “Porque a disciplina que abordaria diretamente este assunto apesar do ser optativa, não é dada. Bem como outras disciplinas que só constam no sistema, mas que não são ofertadas”.
- 23) Não. “De maneira alguma, essa parte histórica, não é abordada em nenhum momento no curso da UnB, pelo menos até agora as matérias que cursei”.
- 24) Não. “Por que não tem mais a única disciplina que tratava desse assunto que era História do livro e das bibliotecas”.
- 25) Não. “A única disciplina com esse foco não existe mais”.
- 26) Não. “Pois só foi oferecida uma vez a disciplina História dos livros e das bibliotecas (desde que eu iniciei o curso) e não é dada muita ênfase no aspecto histórico”.
- 27) Não. “A matéria existe, de forma optativa, porém não é oferecida. Deveríamos ter mais atenção a esse tema, pois se nós, futuros bibliotecários, não a estudarmos quem irá?”.
- 28) Não. “Acredito que não há nenhuma disciplina que possa abranger o aspecto histórico das bibliotecas medievais. Infelizmente pois a disciplina a história do livro e das bibliotecas parecia ser bem interessante”.
- 29) Não. “A única disciplina que explicava/ensinava esse lado histórico não é mais ofertada pelo Departamento”.
- 30) Não. “Pois só existe uma disciplina que aborda esse tema e ela nem sempre é ofertada”.

## ANEXO A

---

# CRÍTICA

23 de Março de 2004



***O Nome da Rosa***, de Umberto Eco\*

Lisboa: Difel, 2004, 506 pp.

Desidério Murcho

Este foi o romance que deu a conhecer Umberto Eco ao grande público, constituindo um enorme êxito de vendas em Portugal desde que foi publicado pela primeira vez, e continua ainda a ser uma obra bastante popular. E não é de espantar: escrito com imenso humor, o romance dá-nos a conhecer de uma forma expressiva o que era viver num mosteiro medieval. O tema central do romance é a liberdade de estudo e de ensino, a livre circulação do conhecimento. Mergulhada em obscurantismo durante séculos, os mosteiros cristãos constituíam fortalezas onde o conhecimento era preservado com imensas dificuldades. Dado a inexistência da imprensa, os livros tinham de ser copiados à mão por monges dedicados; em consequência, os livros eram bastante raros e de difícil acesso. A idéia ainda hoje popular de que os antigos eram muito sábios resulta em parte da falta de circulação do conhecimento que persistiu até à revolução científica dos séculos XVII e XVIII. Newton, por exemplo, teve por várias vezes a experiência de fazer redescobertas matemáticas que tinham sido conhecidas séculos antes, mas que entretanto se tinham perdido por falta de circulação do conhecimento.

Evidentemente, havia outros obstáculos à livre circulação do conhecimento, na Idade Média, além do problema tecnológico de não existir

---

\* Acesso em: <[http://criticanarede.com/lds\\_nomedarosa.html](http://criticanarede.com/lds_nomedarosa.html)>. Consultado em 15 de abril de 2008.

ainda a imprensa. Um dos mais importantes, tema central deste livro, era o dogmatismo religioso, que encarava o conhecimento como potencialmente perigoso. O romance de Umberto Eco apresenta-se como um livro de detectives: uma série de misteriosas mortes afectam um mosteiro e o protagonista tem por missão descobrir a verdade, um pouco ao estilo de Sherlock Holmes. O contraste entre as novas idéias mais abertas e racionais, mais voltadas para a experiência empírica, e os velhos hábitos fechados e místicos, de costas voltadas para a informação que podemos obter pela experimentação cuidadosa, desempenha também um importante papel no romance. Como é também costume nas histórias de Sherlock Holmes, as mortes a investigar têm à primeira vista um aspecto sobrenatural, mas no fim acaba por haver uma explicação muito humana, demasiado humana, de todas as mortes. Entretanto, o leitor fica preso da primeira à última página, precisamente para saber como se resolve o mistério.

As mortes são o resultado do dogmatismo religioso de um monge, apostado em impedir que um livro julgado perdido de Aristóteles, sobre o riso, possa ser conhecido. E este é um dos aspectos mais profundos e bem conseguidos do romance: poderia pensar-se que matar outras pessoas por causa de um livro sobre o humor não passa de invenção de um romancista ocioso, mas isso seria ignorar que a maior parte dos crimes que assolam a humanidade têm por base o dogmatismo intolerante de quem pensa ter o monopólio da verdade e o direito de a impor aos outros.

Alguns aspectos do romance poderão ser menos simpáticos. O autor parece apostado em atirar aos olhos do leitor uma imensidão de conhecimento histórico, o que por vezes acaba por tornar a leitura menos agradável, apesar de fazer as delícias dos diletantes. A imaginação fervilhante do autor acaba por vezes por ser labiríntica, levando a que quase se perca o fio da história. Mas a bondosa relação do protagonista com o seu discípulo, a sua defesa da racionalidade límpida e sem cedências, a oposição ao dogmatismo que procurava fazer paralisar o conhecimento — todos estes elementos fazem deste romance uma experiência inesquecível.

O título do livro surge na última frase do livro, "*Stat rosa pristina nomine, nomina nuda tenemus*", que se pode traduzir do seguinte modo: "A

rosa antiga permanece no nome, nada temos além do nome". A idéia é que mesmo as coisas que deixam de existir ou que nunca existiram deixam atrás de si um nome. Eco refere-se talvez ao facto de o *Livro do Riso*, de Aristóteles, no centro da acção, não ter existido realmente, ou apenas ao facto de, ficcionalmente, ter deixado de existir, deixando apenas o seu nome.

## ANEXO B

---

**ADOROCINEA.COM**

### ***O Nome da Rosa\****



Um monge franciscano é encarregado de investigar uma série de estranhas mortes que passam a ocorrer em um mosteiro, em plena Idade Média. Dirigido por Jean-Jacques Annaud (Sete Anos no Tibet) e com Sean Connery e Christian Slater no elenco.

#### **▪ Ficha Técnica**

*Título Original:* Der Name Der Rose

*Gênero:* Suspense

*Tempo de Duração:* 130 minutos

*Ano de Lançamento (Alemanha):* 1986

*Estúdio:* Cristaldifilm / France 3 Cinéma / Les Films Ariane / Neue

Constantin Film / Zweites Deutsches Fernsehen

*Distribuição:* 20th Century Fox Film Corporation

*Direção:* Jean-Jacques Annaud

*Roteiro:* Andrew Birkin, Gérard Brach, Howard Franklin e Alain Godard,

baseado em livro de Umberto Eco

*Produção:* Bernd Eichinger

*Música:* James Horner

*Fotografia:* Ronino Delli Colli

*Desenho de Produção:* Dante Ferretti

*Figurino:* Gabriella Pescucci

*Edição:* Jane Seitz

---

\* Acesso em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/nome-da-rosa/nome-da-rosa.asp>>.  
Consultado em: 15 de abril de 2008



### ▪ **Elenco**

Sean Connery (William de Baskerville)  
Christian Slater (Adso von Melk)  
Helmut Qualtinger (Remigio da Varagine)  
Elya Baskin (Severinus)  
Michael Lonsdale (Abade)  
Volker Prechtel (Malachia)  
Feodor Chaliapin Jr. (Jorge de Burgos)  
William Hickey (Ubertino da Casale)  
Michael Habeck (Berengar)  
Urs Althaus (Venantius)  
Valentina Vargas (Garota)  
Ron Perlman (Salvatore)  
Leopoldo Trieste (Michele de Cesena)  
Franco Valobra (Jerome de Kaffa)  
Vernon Dobtcheff (Hugh de Newcastle)  
Donald O'Brien (Pietro d'Assisi)  
Andrew Birkin (Cuthbert de Winchester)  
F. Murray Abraham (Bernardo Gui)

### ▪ **Sinopse**

Em 1327 William de Baskerville (Sean Connery), um monge franciscano, e Adso von Melk (Christian Slater), um noviço que o acompanha, chegam a um remoto mosteiro no norte da Itália. William de Baskerville pretende participar de um conclave para decidir se a Igreja deve doar parte de suas riquezas, mas a atenção é desviada por vários assassinatos que acontecem no mosteiro. William de Baskerville começa a investigar o caso, que se mostra bastante intrincando, além dos mais religiosos acreditarem que é obra do Demônio. William de Baskerville não partilha desta opinião, mas antes que ele conclua as investigações Bernardo Gui (F. Murray Abraham), o Grão-Inquisidor, chega no local e está pronto para torturar qualquer suspeito de heresia que tenha cometido assassinatos em nome do Diabo. Considerando que ele não gosta de Baskerville, ele é

inclinado a colocá-lo no topo da lista dos que são diabolicamente influenciados. Esta batalha, junto com uma guerra ideológica entre franciscanos e dominicanos, é travada enquanto o motivo dos assassinatos é lentamente solucionado.

▪ **Premiações**

- Ganhou dois prêmios no BAFTA, nas seguintes categorias: Melhor Ator (Sean Connery) e Melhor Maquiagem.
- Ganhou o César de Melhor Filme Estrangeiro.